

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA: EVOLUÇÃO, CONCENTRAÇÃO E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES**

Período de 1990 à 2013.

CURITIBA

2014

ABIUDE DE ANDRADE GARCIA

**REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA: EVOLUÇÃO, CONCENTRAÇÃO E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES**

Período de 1990 à 2013.

**Trabalho Final de Curso apresentado
como requisito para conclusão do Curso
de Ciências Econômicas, Departamento
de Economia, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do
Paraná.**

Professora: Denise Maria Maia

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

ABIUDE DE ANDRADE GARCIA

REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA: EVOLUÇÃO, CONCENTRAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

Período de 1990 à 2013.

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Denise Maria Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Adilson Antônio Volpi
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. José Guilherme Silva Vieira
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA
2014

AGRADECIMENTO

Agradeço especialmente a Deus e aos meus familiares, pelo apoio e compreensão, e principalmente à orientadora Professora Denise Maria Maia pela disponibilidade, dedicação, paciência e constante empatia durante a realização desta Monografia.

RESUMO

A Reestruturação e modernização do setor bancário brasileiro iniciado ao final dos anos 70 ganharam força e ajustes a partir dos anos 90, através de um novo direcionamento da política econômica que conduziu à implantação de medidas que incentivavam a liberalização, desregulamentação e privatização. A partir disso, na busca pela estabilidade econômica, após a implantação do Plano Real, o governo adota uma série de medidas – dentre elas o PROES e PROER – que resultou em um intenso processo de privatização e de concentração de capital. Todo esse processo impulsionou a abertura do setor bancário aos bancos estrangeiros, e trouxe ao setor um fenômeno de fusões e aquisições e/ou incorporações, que foi bastante impactado pelo avanço da tecnologia, e cujo aspecto favoreceu o aumento da competitividade, redução de custos, e lucratividade no setor. Sendo assim, esta monografia tem como objetivo demonstrar o processo de reestruturação do setor bancário, sua evolução, e consequências sobre o nível de emprego, que resultou em perda expressiva de ocupação no setor bancário e também alteração no perfil dos trabalhadores, especificamente nos trabalhadores bancários do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba. Por conseguinte, foi observado a evolução da lucratividade do setor ao longo do período, bem como os efeitos da crise financeira internacional de 2008 no setor bancário brasileiro, onde se destaca a importância dos bancos públicos no enfrentamento da crise e as medidas de saneamento de bancos e empresas, sendo que estas desencadearam a elevação da dívida pública e grande impactos nas áreas sociais de diversos países.

LISTA DE GRÁFICO

Nº do GRAFICO	TÍTULO	PÁGINA
1	Perfil (Sexo, Renda) dos Trabalhadores no Estado do Paraná de 1995 a 2013.	36
2	Perfil (Sexo, Renda) dos Trabalhadores na RMC de 1995 a 2013.	36
3	Perfil (Escolaridade) dos Trabalhadores no Estado do Paraná de 1995 a 2013.	37
4	Lucratividade dos Bancos – período de 1995 a 2013.	39

LISTA DE TABELAS

Nº DA TABELA	TÍTULO	PÁGINA
1	Bancos Estaduais Privatizados	17
2	Bancos que receberam recursos do PROER	19
3	Venda de bancos com recursos do PROER	19
4	Fusões, Incorporações, Aquisições	52
5	Emprego formal, salário médio, tempo médio de serviços, e horas semanais trabalhadas dos bancários, nas UF – 2012	30
6	Movimentação e remuneração média dos trabalhadores por região do País – 2013	31
7	Desligados e remuneração média, por tempo de emprego – 2013	32
8	Desligados e remuneração, tipos de desligamento – 2013	32
9	Admitidos e remuneração, tipos de admissão – 2013	33
10	Admitidos, desligados e diferença da remuneração média, por atividade econômica	33
11	Agências e postos de atendimentos	34
12	Empregos formais e salário médio no Estado do Paraná, por seção e classe de atividade econômica	55
13	Empregos formais e salário médio na RMC, por seção e classe de atividade econômica	56
14	Emprego formal, salário médio, tempo médio de serviço e horas semanais trabalhadas dos bancários, nas Grandes Regiões Metropolitanas – 2012	56
15	Perfil (sexo, grau de instrução, faixa etária, faixa tamanho estabelecimento) dos bancários no Estado do Paraná – 1995, 1999, 2003, 2007, 2010, 2011 e 2012	57
16	Perfil (sexo, grau de instrução, faixa etária, faixa tamanho estabelecimento) dos bancários na RMC – 1995, 1999, 2003, 2007, 2010, 2011 e 2012	58

LISTAS DE SIGLAS

SIGLA	TÍTULO
ABN AMRO	Amro Bank S.A
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ATM's	Automatic Teller Machines
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
BB	Banco do Brasil
CEF	Caixa Econômica Federal
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CND	Conselho Nacional de Desestatização
CNB	Confederação Brasileira de Bancos
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPOM	Comitê de Política Monetária
EUA	Estados Unidos da América
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
MP	Medida Provisória
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Apoio Creditício
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desestatização no Setor Bancário
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional
PROERF	Programa de Recuperação Econômica e Financeira dos Bancos Estaduais
PROEF	Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
PROES	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMC	Região Metropolitana de Curitiba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 MAQUINARIA, TRABALHADORES E JORNADA DE TRABALHO	3
3 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA	6
3.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ABORDAGEM HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA	6
3.2 REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL	10
3.2.1 <i>Plano Real, Custos, Tecnologia e Internacionalização</i>	<i>10</i>
3.2.2 <i>Plano Nacional de Desestatização no Setor Bancário</i>	<i>14</i>
3.2.3 <i>Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES)</i>	<i>16</i>
3.2.4 <i>Programa de Estímulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER)</i>	<i>18</i>
4 ABERTURA INTERNACIONAL, FUSÕES E AQUISIÇÕES	20
5 O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	23
5.1 AUTOMOÇÃO BANCÁRIA	24
5.2 TRABALHADORES BANCÁRIOS	27
5.3 OS EFEITOS SOBRE OS TRABALHADORES DO PR E RMC	34
6 LUCRATIVIDADE E CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL	38
6.1 EVOLUÇÃO DA LUCRATIVIDADE	38
6.2 CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL	41
6.2.1 <i>Efeitos da Crise Financeira Internacional nos Bancos Brasileiros</i>	<i>43</i>
7 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação e modernização no setor bancário brasileiro iniciou-se ao final dos anos 70, intensificado em meados dos anos 80, e acelerado bastante nos anos 90. Assim, ao longo das últimas décadas, houve um processo de mudanças sucessivas no interior das empresas, dentre elas os bancos, que se referem tanto à adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, em graus de profundidade e extensão, quanto à percepção e reação dos atores envolvidos. Este processo buscou acompanhar a dinâmica do capital financeiro mundial.

Nesse contexto, a sequência dos capítulos primeiramente mostra uma abordagem teórica através do pensamento do autor Karl Marx, que aborda o processo de substituição de trabalhadores por máquinas, e suas consequências para os trabalhadores. Em seguida, se desenvolve em uma abordagem histórica, econômica e política, que demonstram as principais medidas tomadas pelo governo na condução do processo de reestruturação no setor bancário brasileiro, que passou por um processo de ajuste a partir de 1994, que o tornou mais consolidado, resultante de um intenso processo de privatização e de concentração de capital. Esse processo fez surgir poucos e grandes bancos nacionais, tornou-se também mais aberto à presença de bancos estrangeiros, e por fim, tornou-se menos estatal, na medida em que iniciou um processo de privatização dos bancos públicos, principalmente daqueles controlados pelos estados, que detinham uma parcela do mercado bancário nacional.

Através do conhecimento teórico de parte da história do sistema bancário no Brasil, e a identificação dos fundamentos e procedimentos econômicos e políticos, esta monografia busca também compreender melhor a dinâmica e a realidade no sistema bancário vigente na economia local. Portanto, foram analisados dados fornecidos pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba, sendo estes elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE/ER-PR), cuja fonte é do Ministério do Trabalho e da RAIS.

O objetivo do trabalho consiste em analisar a evolução do setor bancário brasileiro, diante dos principais movimentos ocorridos no setor, como o longo processo de desestatização, os fortes investimentos em tecnologia, bem como o

processo de fusões e aquisições dentro do setor, ressaltando primeiramente uma análise das consequências sobre o nível de emprego e na mudança do perfil de funcionários, merecendo destaque para o mercado de trabalho bancário do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba. A seguir é apresentado um panorama da evolução da lucratividade dos bancos brasileiros, destacando a conjuntura econômica dentro de cada período, que favoreceu o processo de reestruturação e concentração do setor, e que destacam a importância dos bancos na atividade econômica brasileira.

Finalmente, mostram-se os aspectos da crise financeira internacional em 2008, e o desenrolar das medidas adotadas pelo governo brasileiro como resposta ao enfrentamento da crise. Para tanto, foram analisados a forma de atuação dos bancos, bem como os resultados obtidos após a implementação das ações preventivas.

2 MAQUINARIA, TRABALHADORES E JORNADA DE TRABALHO

Marx (1996) salienta a importância dos trabalhadores no processo de produção, pois não seria benéfico ao capitalista investir seu capital sem que ele tenha à sua disposição força de trabalho para que ele possa reproduzir seu capital. O capitalista só consegue acumular capital através da exploração de seus assalariados, que produzindo uma quantidade maior num menor tempo, garantem um maior rendimento e acumulação de capital para capitalistas.

Para Marx (1996), o ponto de partida da produção é a reunião de um número considerável de trabalhadores sob um mesmo capital, que juntos, produzem uma quantidade maior de produto, onde partes dos meios de produção são utilizadas em comum no processo de trabalho, criando uma nova força produtiva, a força coletiva. Ainda segundo Marx (1996), através da cooperação ocorrem ganhos de produtividade:

Embora realizem simultaneamente e em conjunto ao mesmo trabalho ou a mesma espécie de trabalho, podem os trabalhos individuais representar, como partes do trabalho total, diferentes fases do processo de trabalho, percorridas mais rapidamente pelo objeto de trabalho em virtude da cooperação, MARX (1996, p. 443)

O benefício da cooperação é que a jornada de trabalho torna-se mais produtiva, além de reduzir o tempo de produção, ela favorece a produção global, ou seja, torna-se maior do que aquela em que o produto é produzido pelo mesmo número de trabalhadores isoladamente. De acordo com o autor “o revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho”. MARX (1996, p. 7).

Para Marx (1996, p. 7), a finalidade da maquinaria, assim como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, são baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é o meio de produção da mais-valia. Destaca, ainda:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que o opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina como elemento simples de produção mecanizada. MARX (1996, p. 11)

A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria prima sem a ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoada em seus detalhes. A produção mecanizada desenvolve-se a partir do momento em que um determinado sistema articulado de máquinas de trabalho recebe seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão. Esses sistemas passam então a dominar os sistemas de produção, tornando-se cada vez maiores e em maior número, atuando em conjunto, e espalhando-se também pelo diversos setores de produção. MARX (1996)

O revolucionamento no modo de produção num determinado setor da indústria condiciona o de outros setores também, para que o processo de produção torne-se global. Marx (1996, p. 26 a 50) destaca que a revolução no modo de produção, com implantação da maquinaria, trouxe efeitos imediatos para o trabalhador, são elas:

- a) Apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital. Trabalho feminino e infantil: isso ocorre à medida que, com a implantação das máquinas, torna-se dispensável a força muscular, e exige membros de maior flexibilidade (surge o aumento do número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital). A maquinaria então, ao absorver o trabalho dos membros da família, reparte a força de trabalho do homem para toda sua família, portanto, ela provoca uma desvalorização da força de trabalho, pois seu valor era determinado pelo tempo de trabalho para a manutenção do trabalhador individual adulto, como da sua família;
- b) Prolongamento da jornada de trabalho: o capitalista tende a aproveitar o máximo da sua capacidade instalada, como meio de reduzir custos,

quanto mais longo o período que uma máquina funciona, maior a massa dos produtos sobre a qual se reparte o valor por ela adicionado, e menor a parte do valor que ela adiciona à mercadoria individual. Portanto, é de interesse do capitalista o prolongamento da jornada de trabalho, para que o desgaste da máquina se desse num menor tempo possível, ou seja, prolongando-se a jornada de trabalho, amplia-se a escala de produção, enquanto que a parte do capital despendido em maquinaria e construções permanece a mesma;

- c) Intensificação do trabalho: o prolongamento da jornada de trabalho e intensidade do trabalho excluem-se mutuamente, de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só é compatível com um grau mais fraco de intensidade do trabalho e, vice-versa, um grau mais elevado de intensidade com a redução da jornada de trabalho.

Segundo Marx (1996), o aperfeiçoamento das máquinas eleva sua velocidade de trabalho, aumentando sua eficácia, e diminuindo também seu tamanho. Sendo assim, a condensação do trabalho ocorre de duas maneiras: mediante a aceleração das máquinas e ampliação das maquinarias a ser supervisionada pelo mesmo operário ou de seu campo de trabalho.

Não há a menor dúvida de que a tendência do capital, uma vez que o prolongamento da jornada de trabalho lhe é definitivamente vedado por lei, é de ressarcir-se mediante sistemática elevação do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria num meio de exaurir-se ainda mais a força de trabalho. (MARX, 1996, p. 50)

3 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA

O presente capítulo tem por objetivo explicar e resgatar fatos importantes ocorridos na economia brasileira a partir da liberação econômica anos 90, e que sensivelmente contribuíram para as mudanças verificadas no setor, especialmente a que se refere à absorção de mão de obra, cujos fatos mais relevantes serão citados nos capítulos subseqüentes. Para tanto, divide-se este capítulo em dois tópicos, sendo que o primeiro aborda fatores históricos da economia brasileira, bem como as ações político econômico adotado pelo governo. O segundo tópico especifica as ações do governo no processo de reestruturação do setor bancário, através da regulamentação e saneamento por parte do governo federal.

3.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ABORDAGEM HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA.

Irrradiados a partir dos países de industrialização avançada, a busca pelo aumento da produtividade e maior competitividade externa enfatizou a ocorrência de profundas mudanças na base técnica da produção, na organização do trabalho e principalmente nas ações do governo na condução da política econômica nacional.

Com o processo de globalização da economia, num cenário internacional de mudanças no paradigma tecnológico, passou a ser imprescindível acelerar o processo de reestruturação produtiva brasileira, que em última instância, tinha como objetivo aumentar a competitividade industrial. No Brasil, o processo de modernização da economia vem se delineando, desde meados da década de 80, em resposta à crise econômica. Contudo, é a partir de 1990, com o aprofundamento da recessão e com a política de abertura comercial implantada pelo governo Collor que ocorre um direcionamento da política econômica com mudanças impostas pela agenda neoliberal inspirada no “Consenso de Washington”. (MISSIO, VEIRA e IAHN, 2006, p. 6).

De acordo com Souza (2008, p. 201) o “Consenso de Washington¹” sistematizava o “neoliberalismo”, sendo este resumido em quatro principais pontos:

1. A “abertura econômica”, isto é, o fim das barreiras protecionistas entre as nações;
2. A “desestatização”, isto é, a privatização das empresas estatais;
3. A “desregulamentação”, isto é, o fim das regras que limitam o movimento de capitais a nível internacional e ao interior de cada país, particularmente o especulativo;
4. A “flexibilização das relações de trabalho”, isto é, o fim dos direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários, sobretudo nos países da América Latina.

Em síntese, para os EUA, o Estado deveria limitar-se a promover os “mercados competitivos” e a garantir a “lei e a ordem” e os “contratos privados”. Não caberia outro papel ao Estado senão proteger a propriedade privada e seu corolário, o “mercado”. Desta forma, o “Consenso” visava aplainar a caminho para a formação de uma área de “livre comércio” nas Américas sob domínio dos EUA (ALCA). (SOUZA 2004, p. 437 e 438)

Neste cenário, a década de 90, tornou-se palco de mudanças significativas no cenário político-econômico do Brasil.

A integração comercial brasileira vem ocorrendo no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do chamado “Novo Regionalismo”, que se caracteriza principalmente pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns). (AVERBURG, 1999, p. 45)

¹ Conjunto de medidas formuladas no segundo semestre de 1989, originada após reunião presidida pela Sociedade Internacional de Economia, patrocinada pelo governo dos EUA, o Banco Mundial, o FMI, as transnacionais e banqueiros dos EUA, bem como acadêmicos e executivos vinculados a eles. O objetivo era analisar o panorama mundial e propor alternativas, sobretudo no mercado da América Latina. Para implementação da política do “Consenso” na América Latina, foi utilizado como instrumento de pressão, além da “diplomacia da força” do governo dos EUA e FMI, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (SOUZA, 2008 p. 201 e 202)

As políticas neoliberais iniciadas no país contribuíram para o rompimento do ciclo econômico anterior². A liberalização comercial e financeira, a privatização do Estado (menor participação do estado na economia, por meio de medidas que incentivavam a liberalização, desregulamentação e privatizações) e a desregulamentação econômica e social constituíram a regra na definição dos programas de estabilização e de modernização produtiva.

Segundo Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewicz (1999, p. 13), o papel do estado na economia mudou de forma drástica, passando de Estado empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento definindo diretamente onde os fatores de produção deveriam ser adotados, para um estado regulador e fiscal da economia. A prioridade não era mais a simples acumulação de capital, mas a busca da eficiência, com o mercado substituindo o Estado na definição da alocação de recursos. Dessa maneira, o novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se por uma economia mais aberta, com maior integração com o resto do mundo, não apenas ao que tange aos fluxos comerciais, como também ao investimento direto estrangeiro.

No ano de 1988, uma nova reforma bancária foi realizada, desregulamentando o sistema financeiro e colocando fim na compartimentação legal existente através da extinção da carta-patente e criação dos bancos múltiplos. O objetivo principal da citada reforma era racionalizar o sistema financeiro e reduzir custos, obtendo maiores rentabilidades aos bancos por meios de fusões de instituições. O que houve realmente foi a transformação de antigos conglomerados em uma única instituição múltipla (PAULA, 2004, p.04 e 05).

Prioritariamente, o objetivo do governo era promover a estabilidade econômica. A partir de 1993 a economia é inserida definitivamente na ideologia neoliberal, em uma nova dinâmica, mais precisamente uma fase de preparação para um novo plano de estabilização.

² Segundo Mercadante (1998, p.132) apud MISSIO, VEIRA e IAHN (2006, p. 6), um ciclo que do ponto de vista econômico foi marcado por uma longa estagnação, acompanhada de taxas de inflação altas, crise cambial pressionada pelo endividamento externo e esgotamento do modelo de desenvolvimento inspirado nas substituições de importações.

Sendo assim, levando em consideração a economia mundial³, e após o fracasso dos cinco programas de estabilização anteriores, o governo lança no final de junho de 1994, durante o mandato de Itamar Franco, mais especificamente na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, o “Plano Real”, tendo como objetivos principais a promoção da estabilidade econômica, com o combate à inflação, a qual era considerada consequência dos desequilíbrios orçamentários do governo e da indexação generalizada, representando um grande entrave ao crescimento do país.

Segundo Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewicz (1999, p.14), primeira etapa do Plano Real objetivava criar condições macroeconômicas favoráveis à estabilização dos preços. Na segunda e terceira etapas o objetivo era alinhar os preços relativos mais importantes da economia, libertando a economia da inércia inflacionária, uma vez que a existência de contratos indexados com datas diferentes implicava grande dispersão de preços. Dessa maneira a implementação do Plano Real acabou por eliminar a indexação retroativa sem a necessidade de um congelamento de preços e salários para conter a inflação, como fora nos planos de estabilização anteriores.

A partir de 1995 a situação econômica brasileira tem um ambiente econômico diferente dos anos anteriores, principalmente do cenário da primeira metade da década de 90, em que a inflação era elevadíssima. Apesar do sucesso do plano no controle da inflação, a consolidação da estabilidade e a retomada do crescimento, dependiam de mecanismos eficazes nos ajustes do déficit orçamentário e do balanço de pagamentos.

O que pode ser observado na condução do Plano Real é que de 1995 a 1998 a política fiscal do Governo Federal foi nitidamente expansionista até 1997 e, paralelamente, o governo praticou uma política monetária contracionista com o objetivo de estabilizar os preços, controlando a forte expansão do consumo após a queda da inflação. Com o passar do tempo essa política passou a ser comandada pela necessidade de remunerar adequadamente os capitais a que o país recorreu para financiar seu déficit em conta corrente e rolar as amortizações da dívida externa. Com isso os juros foram mantidos altos para compensar a deterioração do

³ O cenário internacional em que o país se encontrava foi um fator determinante para viabilizar a estratégia de estabilização adotada por esse governo. Vale lembrar que a década de 90 – precedida de uma crise da dívida externa - é caracterizada pela liberalização financeira e por alta liquidez internacional. (MISSIO, VIEIRA e IAHN, 2006, p.6)

risco país e, desde 1997, a expectativa de desvalorização gradual da taxa de câmbio. A acumulação de uma política fiscal expansionista com uma taxa de juros elevada pôde ser sustentada por alguns anos por meio da acumulação de dívidas públicas externas. A partir de 1999, com uma política de ajuste fiscal, essa combinação começa a ser modificada, ao dar peso menor à política monetária no esforço de estabilização, com uma melhora no resultado primário das contas públicas. (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ, 1999, p.18)

3.2 REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

A partir de 1990, um novo direcionamento da política econômica conduz a uma menor participação do Estado na economia - por meio de medidas que incentivavam a liberalização, desregulamentação e privatizações – sendo assim, foram várias as ações de política econômica implantadas no Brasil com o intuito de estabilizar a economia nacional e retomar o rumo do crescimento econômico. Dentre as mudanças e as medidas tomadas e com o intuito de permanecer dentro dos objetivos do presente estudo, serão analisadas aquelas que tiveram maior reflexo no setor bancário.

3.2.1 Plano Real, Custos, Tecnologia e Internacionalização

As mudanças foram se desenhando através de resoluções, normas e circulares do Banco Central e proposições do Ministério da Fazenda que deram corpo a um conjunto de medidas, principalmente a partir da edição do Plano Real. Rocha (2002) apud Camargo (2009, p. 37) destaca que uma das principais medidas para promover a abertura financeira foi a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.832, de 31 de maio de 1991, que regulamentou os investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários, e aumentou consideravelmente o ingresso de recursos estrangeiros. O governo manteve, entretanto, a proibição de depósitos em moeda estrangeira no sistema bancário doméstico, ao contrário do que ocorreu em grande parte dos países da América Latina.

Conforme apontado por Silva e Melo (2002), o contexto econômico constitui um forte argumento para justificar as medidas junto ao setor bancário, destacando:

1) o controle da inflação, que se constitui, mais fortemente desde o início dos anos 80, num perverso mecanismo redistribuidor de renda em favor dos setores de mais alta renda, consolidando no país uma grave desigualdade social, marcada pela concentração de renda. Este mecanismo encontrava nos bancos um dos principais beneficiados, na medida em que controlavam a circulação de ativos monetários e financeiros da economia;

2) a abertura econômica, sendo utilizada como forma de manter e ampliar a oferta interna de produtos, evitando a volta da inflação por insuficiência no atendimento da demanda, onde qualquer tentativa de aumento de preços, justificáveis ou não, tinha na concorrência externa um forte limitador;

3) a política cambial rígida, que vinculada à abertura econômica, representou uma valorização da moeda interna, permitindo a intensificação das importações na medida em que os produtos externos ficavam mais acessíveis, enquanto encareciam os produtos nacionais. O resultado foi um aprofundamento do déficit comercial brasileiro, exigindo um constante fluxo de capitais externos que culminou numa forte desvalorização cambial em janeiro de 1999.

A estabilização dos preços foi o primeiro e principal fator mais impactante do Plano Real sobre o setor bancário, pois impôs ao sistema a quase eliminação das receitas oriundas do “float” financeiro⁴. Diante desse cenário, os bancos são forçados a se adaptar a uma nova realidade, visto que suas estruturas organizacionais e operacionais tornaram-se inviáveis economicamente. (SILVA e MELO, 2002)

Com o fim do processo inflacionário os bancos buscaram fontes alternativas de obtenção de receitas, como a expansão das operações do crédito⁵. Um dos principais atrativos ao aumento da oferta de crédito pelos bancos foram as elevadas taxas de juros e os respectivos spreads proporcionados.

⁴ As receitas oriundas de “float” representavam quase 1/3 das receitas totais do sistema financeiro. Em 1995, a influência dessas receitas tornou-se irrisórias economicamente. (SALVIANO, 2004)

⁵ Os depósitos à vista cresceram 165.4% nos seis primeiros meses do Plano, e os depósitos a prazo quase 40% no mesmo período. Ainda que o BACEN tenha elevado as alíquotas de recolhimento compulsório, os empréstimos totais apresentaram crescimentos de quase 60% durante o primeiro ano do Plano Real. (SILVA e MELO, 2002)

Para Carvalho (2003) apud Camargo (2009), no período de 1990 a 1995 ocorreu um aumento significativo na oferta de crédito, ocasionado principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) Queda da receita dos bancos nas operações com títulos, após a forte redução da dívida pública em mercado, promovida em março de 1990, pelo Plano Collor;
- b) Fim das aplicações em overnight⁶ após o Plano Collor II, de janeiro de 1991;
- c) Cenário econômico mais favorável, possibilitado pela volta dos recursos externos em 1992 e pela retomada do crescimento econômico;
- d) Necessidade de os bancos se anteciparem frente à perspectiva da queda inflação.

O crescimento da demanda por crédito foi possibilitado pelo forte crescimento econômico, pelas melhorias nos salários reais e pela diminuição dos juros nominais. Entretanto, a partir de 1994, o governo adota medidas para restringir a oferta de crédito, por meio do aumento nos requerimentos de reserva sobre os depósitos à vista e à prazo e da criação de um depósito compulsório sobre os empréstimos concedidos pelos bancos. (CAMARGO, 2009)

Silva e Melo (2002) destaca que apesar dos bancos terem compensado a perda do *float* com a expansão do crédito, o processo foi realizado de forma desordenada, sem os ajustes necessários no modelo operacional e sem os devidos cuidados com a capacidade de pagamento dos clientes, gerando problemas adicionais. Destaca ainda:

A queda no crescimento da economia, no segundo semestre de 1995, aliada à política restritiva de crédito e à abertura comercial trouxeram problemas para alguns setores econômicos que tiveram dificuldades para honrar seus compromissos financeiros. O resultado foi o crescimento dos empréstimos em atraso e em liquidação duvidosa do sistema bancário.

⁶ “Overnight” – expressão em inglês que significa “durante a noite”, utilizada para indicar as aplicações financeiras feitas no mercado aberto (“open market”) em um dia para resgate no dia seguinte ou no primeiro dia útil, quando coincide com fins de semana ou feriados.

A conjunção do crescimento dos empréstimos às altas taxas de juros expôs o sistema financeiro a um maior risco de inadimplência, que logo se verificou. A crise mexicana agravou a situação, fazendo com que o governo promovesse um significativo aumento nas taxas de juros domésticas, em março de 1995, provocando uma onda de inadimplência e falências, bem como a redução do crescimento do crédito e da demanda agregada. A Crise do México provocou, ainda, aumento da volatilidade macroeconômica, implicando, via choque externo, em política monetária restritiva. (CAMARGO, 2009)

Os riscos advindos desse novo contexto econômico, adicionado às falhas de gestão, fraudes contábeis e deficiências na supervisão e regulamentação prudencial conduzida pela autoridade monetária, provocaram diversas falências de pequenos bancos, e a insolvência em 1995, de duas grandes instituições privadas do país (Econômico e Nacional), levando o Brasil à eminência de uma crise bancária sistêmica. Assim, os efeitos da inflexão de trajetória da economia sobre as finanças públicas não se restringiram à perda de receita de impostos, mas também se refletiram em intervenções de alto custo do Banco Central no sistema bancário. (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002).

Esses fatores serviram como justificativa para o governo dar um novo formato ao setor bancário. Sendo assim, as autoridades monetárias empreenderam um conjunto de medidas a fim de fortalecer e disciplinar o sistema financeiro contra os riscos sistêmicos e idiossincráticos. Fizeram parte deste processo de ajuste algumas medidas que passaram a regulamentar as instituições financeiras no Brasil, conforme destacado por Silva e Melo (2002):

- Em agosto de 1994, o Banco Central coloca através da Resolução nº 2.099 o sistema financeiro em consonância com as 25 resoluções do Acordo da Basiléia, que estabeleceu limites mínimos de capital para a constituição de um banco. Essa norma também estipulou que as instituições financeiras deveriam manter um patrimônio líquido ajustado equivalente a 8% do valor de seu ativo ponderado de risco.
- No segundo semestre de 1995, o governo adotou as medidas mais expressivas. 1) Estabeleceu incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras; 2) Instituiu o Programa de Estímulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional

(PROER), através da resolução nº 2.208 de 03/11/95; 3) Regulamentou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), 4) Dificultou a constituição de novas instituições e criou o incentivo para o processo de fusão, incorporação e transferência de controle acionário (16/11/95).

- As medidas também contemplaram aumentar o poder de fiscalização e proporcionar uma ação mais preventiva por parte do Banco Central, através: 1) Aumento do poder de intervenção (MP 1.182 de 17/11/95); 2) Instituição da responsabilidade das empresas de auditoria contábil em casos de irregularidades (13/06/96); 3) Permissão para cobrança de tarifas pela prestação de serviços (25/07/96); 4) Criação da Central de Risco de Crédito (22/05/97); 5) Elevação da exigência mínima do valor do patrimônio líquido para 10% do ativo ponderado pelo risco (06/97).
- Quanto ao ingresso de bancos estrangeiros, a Exposição nº 311 estabeleceu ser de interesse do governo o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro e a Resolução nº 2.212 do Conselho Monetário Nacional eliminou a exigência de que o capital mínimo para implantação de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido para um banco nacional.

3.2.2 Plano Nacional de Desestatização no Setor Bancário (PND)

O plano nacional de desestatização no Brasil passou por distintas fases, conforme destacado por Silva (2006). A primeira fase ocorreu ao longo dos anos 80, durante os governos militares e do Presidente José Sarney (1985-1989), onde o foco principal era apenas desfazer-se de empresas deficitárias, diminuindo, com isso, a presença do Estado no setor produtivo e podendo, dessa forma, renegociar com o FMI e o Banco Mundial o pagamento da dívida externa.

Foi na segunda fase, durante o governo Collor (1990-1992), que a política privatista torna-se parte integrante das reformas estruturais governo – fase esta iniciada com a criação do Plano Nacional de Desestatização (PND) aprovado pelo Congresso Nacional, através da Medida Provisória 115 e logo em seguida

transformado na Lei 8.031, de 12 de abril de 1990 – dessa maneira, entre 1991 e 1993, o Estado concentrou esforços na venda de empresas estatais consideradas estratégicas.

Em sua terceira fase, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), foram introduzidas mudanças na legislação, tais como a ampliação do uso do crédito do Tesouro Nacional como a moeda para compra de empresas e a liberalização para a participação de investimento estrangeiro. O objetivo era reduzir o endividamento do setor público e conter a inflação crescente após o fracasso do Plano Collor. No entanto, é no governo de Fernando Henrique Cardoso que o PND se fortalece, com a transferência da coordenação do programa para o planalto e a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND), ligado ao Ministério do Planejamento, que objetivava dar maior agilidade à política privatista.

Segundo Silva (2006) o processo de desnacionalização das empresas nacionais, a partir do governo FHC, pressionou os governos estaduais a reduzirem suas despesas, deteriorando os serviços públicos e deixando também como herança um endividamento nas contas dos governos dos Estados. A política de aquisições e fusões enfraqueceu as empresas nacionais, que conjuntamente com as políticas comercial, cambial, fiscal e monetária foram determinantes para agravar a já difícil situação das empresas no país. Sendo assim, a política privatista não contribuiu para reduzir os números negativos de endividamento, como pretendia o governo, forçando assim as autoridades econômicas buscarem a ajuda de organismo financeiro internacionais para salvar o programa de estabilização econômica.

Souza (2008, p. 236), destaca que a implementação de um amplo programa de desestatização da economia, acompanhada da absorção do patrimônio público por parte de grupos estrangeiros, constituía um aspecto fundamental da lógica do Plano Real, pois aliado aos cortes nos investimentos públicos, a entrada de capitais externos era a forma de garantir o financiamento de déficit que seria produzido pela âncora cambial. Para isso, era preciso dar segurança ao capital estrangeiro de que seus interesses estariam garantidos dali em diante e realizar alterações constitucionais ou legais que permitissem a desestatização.

Sendo assim, em 09 de setembro de 1997, o Programa Nacional de Desestatização abrange também o Setor Bancário, pois através da Lei 9.041/97, Art. 2º, determinava que pudessem ser objeto de desestatização “empresas, inclusive

instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do Poder Executivo”, bem como “instituições financeiras públicas estaduais que tenham tido as ações de seu capital social desapropriadas, na forma do decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987⁷”. O governo FHC formaliza assim, a política de “ajuste dos bancos estatais, reforçando a intervenção nos bancos para posterior privatização”. (SILVA, 2006)

3.2.3 Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES)

Em 07/08/1996 o governo lança o PROES, criado através da Medida Provisória 1.514 – e por um conjunto de sucessivas Medidas Provisórias: MP nº 1590, 1612, 1654, 1702, 1773, 1900, 1983, 2023, 2044, 2119, 2139 2 2192 – tinha como objetivo preparar os bancos estaduais para a privatização, cujo intuito era reestruturar as finanças dos governos estaduais, e solucionar os problemas de liquidez e deterioração patrimonial dos bancos estaduais.

O principal instrumento do programa foi a linha de financiamento do governo federal aos estados, que permitiu adotar as seguintes alternativas relativamente as suas instituições financeiras: extinção; privatização; transformação em instituição não financeira (agência de fomento); aquisição do controle pelo governo federal que deverá privatizar ou extinguir a instituição; e saneamento. (SALVIANO, 2004)

Dessa forma, as instituições financeiras dos estados foram completamente saneadas antes de serem privadas – ou encerradas – e o ônus desse saneamento transferido a cargo de cada estado por meio de refinanciamento pela União, juntamente com as dívidas mobiliárias de demais dívidas autorizadas pela Lei nº 9.496/97. (FATTORELLI, 2013, p. 186)

O PROES financiou integralmente as despesas de reestruturação dos bancos estaduais. Segundo SILVA (2006, p. 47), o programa possibilitava que os recursos captados pudessem ser pagos em 30 anos, com juros de 6% ao ano, sendo que os recursos deveriam ser reembolsados pelos Estados à União com os contratos de

⁷ <http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=1&idarea=1&idmodelo=4342>. Acesso em 24/06/2013.

financiamentos firmados. O valor do crédito podia cobrir as necessidades totais caso os governos decidissem pela privatização, caso contrário sofreriam o processo de extinção e liquidação extrajudicial, ou então o banco se transformaria em instituição não financeira ou agência de fomento. Se o Estado pretendesse continuar como controlador do banco, o financiamento federal seria limitado a 50% das necessidades de recursos, o restante seria provido pelo governo estadual.

TABELA 01 - BANCOS ESTADUAIS PRIVATIZADOS

INSTITUIÇÃO	DATA VENDA	TOTAL (milhões)	BANCO ADQUIRENTE
Banco Estado do Maranhão	10/02/2004	R\$ 82,06	Bradesco
Banco Estado do Amazonas	24/01/2002	R\$ 192,54	Bradesco
Banco Estado de Goiás	04/12/2001	R\$ 680,85	ITAÚ
Banco Estado da Paraíba	08/11/2001	R\$ 79,14	ABN AMRO Bank Real
Banco Estado de São Paulo	20/11/2000	R\$ 7.160,92	Santander
Banco Estado do Paraná	17/10/2000	R\$ 1.799,26	ITAÚ
Banco Estado da Bahia	22/06/1999	R\$ 267,80	Bradesco
Banco Estado de Pernambuco	17/11/1998	R\$ 183,00	ABN AMRO
Banco Estado de Minas Gerais	14/09/1998	R\$ 603,06	ITAÚ
Banco Crédito Real de MG	07/08/1997	R\$ 134,20	BCN/Bradesco
Banco Estado Rio de Janeiro	26/06/1997	R\$ 311,00	ITAÚ
Banco Meridional do Brasil	02/12/1997	R\$ 311,00	Banco Suzano Simonsen
TOTAL		R\$ 11.182,83	

FONTE: BANCO CENTRAL (<http://www.bcb.gov.br/lid/gedes/instituicoesPrivatizadas.pdf>).

Os bancos públicos estaduais encontraram dificuldades diante da política de estabilidade no pós-Real. A tabela 1 apresenta os bancos estaduais privatizados no período de 1997 a 2004, dentre os quais, estão os que sofreram as principais intervenções do Banco Central no Governo de FHC. Dois grandes bancos privados nacionais (Bradesco e Itaú) e o ABN AMRO, posteriormente Santander (2007), foram os grandes beneficiados com a privatização de vários bancos.

Fattorelli (2013, p. 187 e 188) evidencia que os estados perderam grande parte de sua autonomia financeira, ao mesmo tempo em que herdaram os passivos dos bancos transferidos para os bancos privados nacionais e estrangeiros.

Destaca ainda, que anteriormente ao PROES, outros programas foram instituídos para socorrer às instituições financeiras dos estados:

- Programa de Apoio Creditício (PAC), conforme Voto CMN nº 233, de 20/07/1983;
- Programa de Recuperação Econômica e Financeira dos Bancos Estaduais (PROERF), conforme Voto CMN nº 446, de 04/04/1984;
- Programa de socorro dos bancos estaduais, conforme Voto CMN nº 548, de 15/12/1987.

A política de “ajuste” do governo aos bancos se estendeu também aos bancos públicos federais. Foi criado o PROEF (Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais), cuja política de fiscalização, gerada pelo Banco Central, objetiva saber a real situação patrimonial dos bancos federais e adequá-los às normas que determinam os limites mínimos de capital e patrimônio líquido para o seu funcionamento. (SILVA, 2006, p. 50)

3.2.4 Programa de Estímulo ao Fortalecimento e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER)

Criado através da Resolução nº 2.208 o PROER regulamentou a aquisição de bancos com problemas patrimoniais e de solvência, por meio da criação de linhas de crédito, destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não privativas de instituições financeiras.

Conjuntamente foram estabelecidos incentivos fiscais, benefícios tributários e isenção temporária do cumprimento de certas normas bancárias, onde as instituições participantes poderiam adiar em até 10 meses os gastos com a reestruturação, reorganização ou modernização, além de ficarem temporariamente liberadas do atendimento dos limites operacionais referente ao Acordo da Basileia.

Os recursos do PROER advinham de depósitos compulsórios recolhidos pelas próprias instituições participantes do sistema financeiro nacional, não

comprometendo o orçamento fiscal. No entanto, o PROER foi alvo de críticas por parte de sindicatos e estudiosos do setor, onde acusavam o plano de destinar recursos irregularmente para os grandes banqueiros do país. (SILVA, 2006, p. 61)

Os bancos e recursos apresentados na tabela 02 contemplam o objetivo do governo na promoção do processo de valorização capitalista, diante da eminência de risco sistêmico.

TABELA 02 - BANCOS QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROER

INSTITUIÇÃO	VALOR RECEBIDO (em US\$ Bilhões)
Banco Econômico	6,8
Banco Nacional	6,1
Banco Bamerindus	5,9
Banco Banorte	1,3
Banco Mercantil de Pernambuco	0,5
TOTAL	20,6

FONTE: DIEESE - Subseção CNB/CUT, 1998.

O PROER foi responsável por diversas operações, impulsionado pelas fusões entre bancos, além das aquisições, reorganizações societárias e reestruturação de instituições deficitárias. O custo para operacionalização do PROER, conforme cálculo do Banco Central em 1997 ficou situado entre 0,9% e 1,4% do PIB. A transferência do Banco Nacional ao Unibanco foi a primeira, e custou R\$ 5,898 bilhões ao BACEN. No caso do Banco Econômico, o valor foi de R\$ 4,636 bilhões, dos quais R\$ 1,686 deste total foi utilizado para que a CEF assumisse os financiamentos (habitacionais) do banco. (SILVA, 2006)

TABELA 03 - VENDA DE BANCOS COM RECURSOS DO PROER

BANCOS COM INTERVENÇÃO	VENDA DE PARCELA DOS ATIVOS E PASSIVOS PARA
Banco Econômico	Banco Excel e Caixa Econômica*
Banco Nacional	Banco Unibanco
Banco Mercantil de Pernambuco	Banco Rural
Banco Banorte	Banco Bandeirantes e Caixa Econômica*
Banco Bamerindus	Hong Kong Shanghai Bank (HSBC)
	Caixa Econômica
BANCOS QUE NÃO ESTAVAM EM INTERVENÇÃO	TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONARIO PARA
Banco United	Banco Antonio Queiroz
Banco Martinelli	Banco Pontual

FONTE: BANCO CENTRAL, 1998. Elaboração: SPE/Coordenação de Política Monetária

* Apenas a Carteira Imobiliária

Os principais resultados do PROER foram o incentivo às fusões, incorporações, transferências de controle acionário e aquisições, por bancos estrangeiros, dos bancos privados nacionais.

A presença de bancos estrangeiros objetivava suprir a insuficiência de capital dos bancos privados nacionais, justificando a importância dos mesmos na consolidação do setor financeiro. Inicia-se assim um processo de internacionalização que, associado ao fortalecimento do segmento privado nacional, marca a fase de autotransformação do setor bancário do Brasil.

4 ABERTURA INTERNACIONAL, FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO.

Atraídos pela possibilidade de fazer bons negócios no Brasil, e favorecido pelas políticas governamentais, ocorre então, o processo de abertura do setor bancários aos bancos estrangeiros, que se apresentou com forte tendência na década de 1990, em especial em sua segunda metade.

Paula (2004, p. 49) destaca que crises bancárias, desregulamentação e globalização de serviços bancários acarretaram o aumento expressivo na presença de bancos estrangeiros em economias emergentes. Assim, o processo de consolidação bancária foi acelerado na indústria bancária das economias emergentes, transformando uma indústria que, inicialmente, era muito protegida.

Rocha (2002) apud Camargo (2009, p.33) a Constituição de 1988 limitava a entrada de bancos estrangeiros no país, bem como a ampliação da participação percentual do capital estrangeiro em instituições bancárias no país, exceto nos casos de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro. Entretanto, não ocorreu a proibição da expansão operacional do capital estrangeiro, o que permitiu a transformação de 26 instituições não bancárias estrangeiras em bancos múltiplos com carteira comercial (já que as carteiras comerciais criadas mantinham o mesmo percentual de participação estrangeira da instituição original). Por outro lado, havia forte pressão dos organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, e de acordos multilaterais (os acordos de

formação do GATS e da OMC, por exemplo, ao final da Rodada Uruguai) pela abertura dos mercados bancários domésticos, principalmente dos países emergentes.

Segundo Corazza (2001) apud Camargo (2009), o processo de desnacionalização bancária no Brasil iniciou-se no âmbito de um conjunto de reformas implementadas pelo governo, com o objetivo de evitar uma crise bancária sistêmica. Dentre as medidas, destacam-se:

- 1) A concessão de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras;
- 2) A aprovação do estatuto e regulamento do Fundo de Garantia de Créditos;
- 3) A imposição de maiores dificuldades para a criação de novas instituições financeiras;
- 4) A criação de incentivos para processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário;
- 5) O aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras;
- 6) A responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades em instituições financeiras;
- 7) A alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior;
- 8) A consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior;
- 9) A permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras;
- 10) A criação da Central de Risco de Crédito;
- 11) A implementação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)

Para Minella (1997:186) apud Silva (2006, p.62), as principais políticas governamentais que favoreceram a entrada de bancos estrangeiros no país são:

- Política de privatização das empresas estatais;
- Manutenção das altas taxas de juros que atrai capital especulativo internacional;
- Abertura de bolsas brasileiras para aplicações internacionais;
- Adoção de medidas que facilitaram a participação dos bancos estrangeiros no país.

Segundo Antunes (2001), o desaparecimento gradual dos bancos estaduais e a maior penetração dos bancos estrangeiros, são dois grandes momentos que marcaram o processo de reestruturação do setor bancário. O processo de transição para um sistema financeiro mais liberalizado e o teor concorrencial das mudanças desencadeou um processo de concentração e reestruturação nos sistemas bancários, explicados especialmente pelas fusões e aquisições no setor.

O fenômeno de fusões e aquisições ganhou rapidez em função da necessidade de reduzir custos em um ambiente mais competitivo. Rodrigues (1999:61), citado por Antunes (2001), aponta os principais motivos que levariam as fusões e aquisições das instituições financeiras, como os ganhos de escala e uma maior racionalização de processos e procedimentos, viabilizada pela possibilidade de sobreposição ou de ociosidade de setores, sendo assim, o desencadear desses motivos podem levar a alguns fatores significativos, sendo eles:

- Ampliação da rede de agências;
- Aquisição e ou ampliação em determinadas praças e regiões;
- Aproveitamento de tecnologias, quando é possível maximizar o conhecimento tecnológico, especialmente nos setores de informática e telecomunicações;
- Ampliação da base de capital, em decorrência da competição entre instituições, da necessidade de inversões pesadas em tecnologia, da disponibilidade de redes de atendimento expressivas ou da adequação aos parâmetros internacionais de capitalização;
- Especialização e qualificação do capital humano.

Além disso, os avanços na tecnologia tornaram mais fácil a avaliação da qualidade dos títulos financeiros para as famílias, firmas e para as próprias instituições. Essas tecnologias proporcionaram substanciais ganhos de escala para as instituições, com reduções de custos, por exemplo, no atendimento via telefone ou via internet, escala obtida tanto na prestação de informações quanto no processamento de sistemas de pagamento. O desenvolvimento de formas eletrônicas de pagamento, por sua vez, exige investimentos de capital, cujo retorno depende também, de um número maior de clientes e transações, que favoreçam as fusões e aquisições.

A tabela 04 (vide anexos) apresenta um resumo das fusões, incorporações e aquisições no sistema bancário brasileiro no período de julho/1995 a março/2009, conforme dados informados pelo BACEN e elaborados pela FEBRABAN.

5 O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: automação e trabalhadores.

As transformações ocorridas no setor bancário brasileiro ao longo das décadas de 80 e 90 favoreceram a expansão e modernização do setor no decorrer dos anos subsequentes. Essas transformações ocorreram principalmente através de um extenso processo de informatização e mudanças estruturais no setor – que afetaram a natureza dos produtos, dos mercados, e da organização das atividades internas –, e resultou em mudanças significativas nas condições de trabalho do setor, constituindo-o em caso ilustrativo das implicações sociais da automação e da reorganização do trabalho.

A expansão do setor bancário foi envolvida por mudanças no âmbito econômico, social, bem como por mudanças tecnológicas e políticas, as quais decorreram da reestruturação do setor e impulsionaram a constituição de um novo cenário organizacional e de emprego. Conforme destacado por Mocelin (2005) as mudanças tecnológicas referem-se ao desenvolvimento e introdução de novas tecnologias, que proporcionaram o desenvolvimento e exploração comercial de novos produtos e serviços; as mudanças políticas, por sua vez, incluíram processos

de desregulamentação, privatização e liberalização financeira, os quais tiveram repercussão sobre a formação de um ambiente empresarial competitivo.

A implantação do Plano Real deu início a mudanças significativas nas formas de atendimento aos clientes nos bancos, dada a intensificação da concorrência entre os bancos na procura de clientes e negócios e também no quesito redução de custos. A difusão e otimização da tecnologia implantada se constitui em um dos importantes instrumentos viabilizadores destas políticas.

5.1 AUTOMOÇÃO BANCÁRIA

A inserção de um novo padrão tecnológico, baseado na revolução da microeletrônica, promoveu grandes transformações em diversos setores da economia. O setor bancário foi um destes setores que mais absorveu os impactos promovidos por este padrão, visto que é um setor onde há uma grande utilização de equipamentos de base microeletrônica.

Na busca por níveis de competitividade mais elevados, a demanda do setor por equipamentos de informática tem se evoluído ao longo dos anos. Aliado à diversificação dos tipos de serviços oferecidos pelos bancos no Brasil, a informatização criou um forte diferencial competitivo, trouxe uma maior atenção nas necessidades dos clientes e maior qualidade dos serviços que são prestados por meio da adoção de novas tecnologias.

Os desenvolvimentos tecnológicos em torno do negócio bancário foram significativos, com impacto também no processo de consolidação do setor. Juntamente com a desregulamentação, é o fator ambiental mais citado como incentivador deste processo. A desregulamentação bancária acompanhou a maior disponibilidade de informações, via tecnologia e desenvolvimento do sistema financeiro, diminuindo os custos de transação e provendo os investidores de mais informações. (BEZERRA, 2005)

Para Francis e Rodrigues (1986) apud Cruz e Gomes (1998) a revolução da microeletrônica permitiu a criação e o aperfeiçoamento de equipamentos que podem desempenhar várias tarefas envolvendo processamento, controle e transmissão de informações. O uso dessa tecnologia pode trazer algumas vantagens, como a

diminuição de custos, redução de perdas, menor tempo de produção, alta qualidade e maior satisfação do cliente. Por outro lado, esta tecnologia pode e afeta de inúmeras formas a produtividade e a qualidade dos serviços e dos produtos, dependendo da forma como é implantada e dos resultados esperados quanto da implantação. A implementação de uma inovação pode trazer mudanças no comportamento e na estrutura da empresa, nos sistemas gerenciais, nas técnicas e nos domínios dos processos adotados pelas mesmas. A reação das empresas aos desafios e obstáculos tem se mostrado das mais variadas: algumas se antecipando a mudanças, outras se fechando.

O processo de automação no Brasil teve seu início a partir da segunda metade da década de 60, com o surgimento dos primeiros computadores nos bancos. A fase inicial consistiu na instalação de centros de processamento de dados, permitindo a centralização do trabalho administrativo, com a intenção de ganhar mercado e obter maior agilidade nas informações. A Reforma Bancária de 1964 lançou as bases para que o processo de automação se difundisse pelo setor, permitiu um rápido processo de concentração e centralização, criando tanto as condições, como os meios para uma automação relativamente rápida no setor. (CASSIOLATO, 1992, p.173)

Ainda nas décadas de 1980⁸ - 1990 consolidaram-se a sedimentação e a difusão da microeletrônica, ampliando a utilização dos recursos da informática nos mais variados setores da economia. Nesse sentido, os banqueiros viram na microeletrônica uma aliada capaz de reduzir em grande escala seu custo operacional e com aplicações que vão desde o banco pela rede mundial de computadores (internet) até uma maior disseminação de postos de autoatendimento, dentro e fora das agências. A intensificação da oferta de novos produtos exigia que os processos fossem cada vez mais sofisticados, sendo então contornada com investimentos maciços em tecnologia, estando assim o setor financeiro entre os setores de mais alta tecnologia na estrutura produtiva nacional. (CARLEAL; VALLE, 1997, p.402).

⁸ No período entre 1982 a 1985, aproximadamente 29% de todas as vendas de computadores pelas empresas brasileiras eram destinadas ao sistema financeiro, sendo que até 1986 chegou a cerca de 50%. Em 1988, dentre os dez maiores usuários de microcomputadores no Brasil, cinco eram bancos. (CASSIOLATTO, 1992, p. 172)

A partir da década de 1990, os bancos passaram a disponibilizar aos seus clientes, por meio da conexão à “internet”, a realização de tarefas que anteriormente só seriam possíveis em um caixa de banco, dentro da agência bancária. Os bancos desenvolveram sistemas de acesso a serviços de pagamento de contas, transferências intercontas e interbancos (DOC e TED), aplicações e resgates de aplicações, saldos e extratos vendendo ao cliente a ilusão da comodidade de se auto-atender no conforto de sua casa ou trabalho, sem se preocupar com o tempo e dinheiro para locomoção até uma agência. No entanto, por este serviço, existe o lucrativo repasse de custos do banco ao cliente, uma vez que o tempo, o trabalho, a utilização da linha telefônica e a luz, são por conta do cliente.

O procedimento das informações, com rapidez, volume, cruzamento de informações e modelagens de dados, os canais alternativos de entrega de serviços, como ATMs, internet, banco eletrônico, são exemplos desse desenvolvimento. Qualidade, velocidade e segurança os fatores que intensificam as inovações e grandes investimentos em tecnologia de ponta no setor bancário.

Fleury (1993) apud Cruz e Gomes (1998) destaca que a adoção de novas técnicas de produção e dos programas de qualidade implicaram mudanças significativas nas indústrias do setor de serviços, sendo que, o setor bancário foi um dos segmentos da economia que introduziu com maior intensidade inovações tecnológica em seus processos. Esta introdução exigiu mudanças nos mix de produtos ofertados, nos métodos de trabalho e na estrutura organizacional, exigindo novas qualificações para os trabalhadores do setor.

A diversificação dos tipos de serviços oferecidos pelos bancos no Brasil criou um forte diferencial competitivo. Essa competitividade interna obrigou os bancos da rede pública a oferecerem os mesmos tipos de serviços, ou até novos tipos de serviços diferenciais, que os bancos da rede privada, para não sofrerem as consequências de perderem sua imagem e sua fatia no mercado. Nessa busca por atingir níveis de competitividade mais altos, as empresas do setor bancários são obrigadas a dispensar maior atenção às necessidades dos clientes, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados, através da adoção de novas tecnologias. (CRUZ e GOMES, 1998).

5.2 TRABALHADORES BANCÁRIOS

Os processos de mudanças organizacionais provocados pela introdução de programas de qualidade e produtividade trouxeram enorme impacto na mão de obra nos trabalhadores do setor bancário, com mudanças nos métodos de trabalho e na estrutura organizacional, bem como com exigências de novas qualificações para o trabalhador.

Cruz e Gomes (1998) apresentam cinco processos críticos que envolvem a relação entre a tecnologia e o trabalhador:

- 1) Sociabilização: refere-se ao processo pelo qual o indivíduo adquire o conhecimento, habilidades, orientação afetiva e avaliativa; a introdução da tecnologia provoca ansiedade no indivíduo;
- 2) Comprometimento: refere-se à obrigação do indivíduo com atos de boa conduta com a tecnologia;
- 3) Recompensa: refere-se à distribuição dos tipos de recursos, ou seja, a expectativa dos benefícios que a tecnologia pode gerar;
- 4) Sentimento e Reprojeto: refere-se ao processo pelo qual os dados são coletados para a execução de uma parte da tecnologia e para a qual a tecnologia está reprojeta; mudanças em produtos, processos e pessoas requerem modificações na tecnologia;
- 5) Difusão: é o processo pelo qual a tecnologia é estendida a outras partes da empresa.

Nos últimos anos, o ambiente de alto grau de incerteza, competitivo e de estabilidade econômica, desde a implantação do Plano Real, foi colocando para o setor bancário a necessidade de fazer mudanças bruscas em sua estrutura operacional, tendo como eixo principal três fatores principais: demissão em massa, automação e terceirização. Estas mudanças ocorreram em momentos diferenciados do ajuste estrutural implementados pelos bancos.

Segundo Krein e Oliveira (2000, p.10) apud Krein e Gonçalves (2004) a maior exposição das empresas à concorrência internacional vem acompanhada da demanda por transformações nas relações de trabalho para permitir novas formas de gestão de trabalho, da jornada e da remuneração, na perspectiva de reduzir custos e possibilitar maior liberdade às empresas na sua determinação.

A partir dos anos 90, ganharam importância as teses favoráveis à desregulamentação dos direitos e à flexibilização das relações de trabalho, defendidas pelas principais entidades empresariais do país em nome da redução do custo do trabalho e da elevação dos níveis de produtividade e competitividade, em face das políticas adotadas pelo governo FHC e do contexto de baixo dinamismo econômico do país. (KREIN e GONÇALVES, 2004, p.15)

As mudanças estruturais – abertura comercial e financeira, estabilização monetária, privatizações de empresas e concessões de serviços públicos, elevação das importações e desarticulação das cadeias produtivas, modernização tecnológica, avanço da terceirização, subcontratações e utilização do trabalho cooperado – produziu um contexto desfavorável ao emprego e à ação coletiva dos trabalhadores, com uma articulação de estratégia política de fragilização do movimento sindical, onde o Estado introduz uma série de medidas legislativas que afetaram as negociações coletivas. (KREIN e GONÇALVES, 2004)

Krein e Gonçalves (2004) enfatizam que as mudanças organizacionais que buscam racionalizar custos e aumentar a produtividade do trabalho, assim como a terceirização, trazem profundos impactos para na vida dos trabalhadores e no sindicalismo, são elas: a) na forma de organização da empresa (programa de qualidade total, estoque zero, *just in time*, células, plano de metas, etc); b) na forma da organização do trabalho (trabalho em grupo, polivalência); e c) na gestão do trabalho (comprometimento dos trabalhadores com os resultados da empresa). De um lado há a tendência de eliminar as porosidades e aumentar o ritmo de trabalho, com consequências desastrosas sobre a saúde e o tempo social do trabalhador. As empresas exercem uma coerção sobre o trabalhador como condição para sobrevivência no emprego, elevando a concorrência entre os funcionários e aumentando a insegurança no trabalho. Sendo assim, as inovações trazem dificuldades adicionais à construção de uma identidade comum entre os trabalhadores, que é uma condição para mobilizações coletivas, levando-os a buscarem saídas mais individualistas que coletivas para seus problemas no trabalho e fora dele.

Krein e Gonçalves (2004) destacam ainda que as opções políticas feitas no decorrer da década de 90, favoreceram a desestruturação do mercado de trabalho, a flexibilização das relações de trabalho e uma fragilização do movimento sindical, sendo que o setor bancário foi um dos mais afetado.

No perfil do trabalhador também há alterações significativas, como o aumento de pessoas com maior escolaridade; não alteração significativa da faixa etária; aumento da participação das mulheres, alteração na natureza do trabalho, etc.

Segundo Larangeira (1997), mudanças na intensificação e diversificação das tarefas exercidas, exigem funcionários polivalentes, partindo do princípio de que todos devem saber desempenhar qualquer operação demandada pelo cliente. Dessa forma, a ideia é a integração de funções, no sentido de que, ao ser atendido por um funcionário, o cliente possa realizar todas as operações com o mesmo funcionário. Com isso, há a necessidade de que o funcionário seja especializado na área de vendas, tenha conhecimentos sobre o mercado financeiro, sobre a utilização de softwares, etc.

Conforme apontado por Cerqueira e Amorim (1997, p.207), no período de 03/1990 a 01/1994, o setor contabilizou um corte de aproximadamente 156.000 postos de trabalho, uma redução de 18,9%. Com o processo de enxugamento se intensificando, temos em 1994 uma taxa anual de variação do nível de emprego de -5%, e no ano seguinte, de -10,4%, chegando nesse ano um total de bancários que corresponde a 30,8% menor que o nível existente antes do início das ondas de demissões (CERQUEIRA e AMORIM, p. 407)

O processo de diminuição do número de empregos também é intensificado pela terceirização dos serviços no setor bancário, sendo que esta medida foi impulsionada principalmente pelo retorno obtido na redução de custos. Ainda que alguns trabalhadores tenham sido absorvidos pelos programas de terceirizações ou tenham sido direcionados para outros setores, os dados mostram a diminuição nos números de empregos no setor. Em alguns casos os bancos justificam os desligamentos diante da necessidade de adequação da estrutura de custos e enfoque na nova estratégia de atuação.

De acordo com dados publicados na Revista da Confederação Nacional dos Bancários (CNB, 1998, p.12) de julho/agosto de 1998:

Eliminaram-se muitas funções e reduziram-se drasticamente segmentos inteiros. Os bancos empurram cada vez mais a clientela para os serviços de autoatendimento eliminando postos de trabalho. Hoje mais de 70% de todas as operações feitas nos bancos são pelo sistema de autoatendimento. (CNB,1998, p.12)

A mudança tecnológica, a crescente expansão comercial e a intensa competição são processos que repercutem sobre a caracterização dos empregos e sobre os empregados, uma vez que estes precisam fornecer suporte a esse ambiente empresarial bastante instável e dinâmico.

A tabela 05 apresenta o volume de trabalhadores do setor no ano de 2012.

TABELA 05 – EMPREGO FORMAL, SALÁRIO MÉDIO, TEMPO MÉDIO DE SERVIÇOS E HORAS SEMANAIS TRABALHADAS DOS BANCÁRIOS, NAS UF – 2012

Unidades da Federação	Empregos		Média Salarial (em dez.)		Horas semanais Trabalhadas		Valor médio da hora trabalhada (R\$)	
	Bancários	Geral	Bancários	Geral	Bancários	Geral	Bancários	Geral
35 - São Paulo	210.957	13.783.541	5.662,85	2.244,24	36,00	41,00	34,96	12,16
33 - Rio de Janeiro	44.723	4.461.706	4.822,03	2.372,31	35,00	41,00	30,62	12,86
31 - Minas Gerais	39.476	4.928.225	5.006,86	1.692,70	35,00	41,00	31,79	9,17
43 - Rio Grande do Sul	32.305	2.993.031	5.586,84	1.897,23	33,00	40,00	37,62	10,54
53 - Distrito Federal	29.176	1.181.649	7.693,20	3.888,04	35,00	41,00	48,85	21,07
41 - Paraná	29.074	3.033.665	5.023,66	1.855,07	35,00	41,00	31,90	10,05
29 - Bahia	18.826	2.256.621	4.878,37	1.640,66	34,00	41,00	31,88	8,89
42 - Santa Catarina	15.170	2.103.002	4.912,04	1.791,23	34,00	42,00	32,10	9,48
23 - Ceará	12.025	1.423.648	6.482,98	1.450,06	34,00	40,00	42,37	8,06
26 - Pernambuco	11.801	1.694.647	4.918,09	1.651,43	34,00	41,00	32,14	8,95
52 - Goiás	10.995	1.450.065	5.011,06	1.738,06	34,00	41,00	32,75	9,42
15 - Pará	8.839	1.052.344	5.010,86	1.760,94	36,00	40,00	30,93	9,78
32 - Espírito Santo	7.873	926.336	5.221,57	1.786,83	34,00	41,00	34,13	9,68
21 - Maranhão	4.987	696.348	4.971,01	1.600,65	34,00	39,00	32,49	9,12
51 - Mato Grosso	4.910	744.558	4.843,52	1.817,40	35,00	42,00	30,75	9,62
50 - Mato Grosso do Sul	4.550	617.193	4.917,50	1.832,94	35,00	41,00	31,22	9,93
25 - Paraíba	4.088	628.047	5.928,03	1.447,70	34,00	39,00	38,75	8,25
24 - Rio Grande do Norte	3.837	602.226	5.413,77	1.657,55	34,00	41,00	35,38	8,98
13 - Amazonas	3.574	616.377	4.767,13	1.957,03	35,00	40,00	30,27	10,87
28 - Sergipe	3.276	388.507	4.997,74	1.836,88	32,00	40,00	34,71	10,20
22 - Piauí	2.969	418.380	5.460,63	1.503,38	34,00	40,00	35,69	8,35
27 - Alagoas	2.964	505.132	5.167,56	1.462,99	33,00	40,00	34,80	8,13
11 - Rondônia	2.166	365.142	4.699,47	1.794,48	35,00	41,00	29,84	9,73
17 - Tocantins	1.950	246.360	4.898,08	1.891,56	35,00	41,00	31,10	10,25
12 - Acre	970	125.229	4.746,81	2.000,14	34,00	40,00	31,02	11,11
16 - Amapá	741	122.956	4.703,55	2.402,24	35,00	41,00	29,86	13,02
14 - Roraima	613	93.777	4.641,76	1.995,47	35,00	39,00	29,47	11,37
Total	512.835	47.458.712	5.485,84	1.996,90	35,00	41,00	34,83	10,82

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: DIEESE/ER-PR

A tabela 06 exemplifica a queda na remuneração salarial entre os admitidos e desligados, sendo que a menor variação salarial concentra-se nas regiões onde há mais desenvolvimento e maior número de agência bancárias.

TABELA 06 – MOVIMENTAÇÃO E REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS TRABALHADORES, POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL (2013)

Região	Admitidos			Desligados			Saldo	Diferença da Rem. Média (%)
	Nº de empregados	Part. (%)	Rem. Média (em R\$)	Nº de empregados	Part. (%)	Rem. Média (em R\$)		
Norte	1.465	4,8%	1.873,16	961	2,9%	3.421,44	504	-45,3%
Nordeste	2.891	9,5%	2.151,21	2.760	8,3%	4.031,88	131	-46,6%
Sudeste	18.722	61,6%	3.291,86	22.809	68,7%	4.803,57	-4.087	-31,5%
Sul	4.929	16,2%	2.535,13	4.430	13,4%	4.086,49	499	-38,0%
Centro-Oeste	2.410	7,9%	2.309,20	2.217	6,7%	4.672,57	193	-50,6%
Total	30.417	100,0%	2.914,63	33.177	100,0%	4.594,83	-2.760	-36,6%

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Mesmo com todos os problemas enfrentados pela mão de obra no setor, segundo informação da FEBRABAN⁹ o setor possui um alto índice de permanência no emprego, a rotatividade dos empregados situa-se entre 7% e 8% ao ano, enquanto que a média de trabalho formal no Brasil está em 33%.

⁹ FONTE: http://www.febraban.org.br/neg_dieese.asp. Acesso em 17/02/2013.

TABELA 07 – DESLIGADOS E REMUNERAÇÃO MÉDIA, POR TEMPO DE EMPREGO – BRASIL (2013)

Tempo empregado	Desligados			
	Nº de trabalhadores	Part. (%)	SAL MENSAL	Rem. Média (em R\$)
De 1,0 a 2,9 meses	723	2,2%	2.319.150,00	3.207,68
De 3,0 a 5,9 meses	1.310	3,9%	4.381.743,00	3.344,84
De 6,0 a 11,9 meses	2.542	7,7%	10.464.649,00	4.116,70
De 12,0 a 23,9 meses	4.711	14,2%	21.085.949,00	4.475,90
De 24,0 a 35,9 meses	4.961	15,0%	19.473.772,00	3.925,37
De 36,0 a 59,9 meses	4.349	13,1%	20.165.294,00	4.636,77
De 60,0 a 119,9 meses	6.447	19,4%	29.954.304,00	4.646,24
120 meses ou mais	7.977	24,0%	44.088.454,00	5.526,95
Ignorado	157	0,5%	509.519,00	3.245,34
Total	33.177	100,0%	152.442.834	4.594,83

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Observa-se na tabela 08, que o maior índice de trabalhadores desligados concentra-se nos empregados com maior tempo de serviço, sendo que 53% dos desligamentos são por demissão sem justa causa, e 39% são de desligamentos a pedido do trabalhador. De acordo com os bancários e sindicatos, as demissões sem justa causa seriam motivadas pela troca de trabalhadores com maior remuneração por trabalhadores com salários mais baixos.

TABELA 08 – DESLIGADOS E REMUNERAÇÃO MÉDIA, TIPO DE DESLIGAMENTO - BRASIL (2013)

Tipo de Desligamento	Desligados			
	Nº de trabalhadores	Part. (%)	SAL MENSAL	Rem. Média (em R\$)
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	17.592	53,0%	82.109.335,00	4.667,42
Desligamento por Demissão com Justa Causa	1120	3,4%	4.198.744,00	3.748,88
Desligamento a Pedido	12.970	39,1%	62.962.359,00	4.854,46
Desligamento por Aposentadoria	339	1,0%	1.489.950,00	4.395,13
Desligamento por Morte	192	0,6%	848.007,00	4.416,70
Desligamento por Término de Contrato	146	0,4%	342.461,00	2.345,62
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	818	2,5%	491.978,00	601,44
Total	33.177	100,00%	152.442.834	4.594,83

Fonte: M.T.E/CAGED

Elaboração: Subseção DIEESE - Rede Bancários

TABELA 09 - ADMITIDOS E REMUNERAÇÃO MÉDIA - BRASIL (2013)

Tipo de Admissão	Admitidos			
	Nº de trabalhadores	Part. (%)	SAL MENSAL	Rem. Média (em R\$)
Admissão por Primeiro Emprego	14.637	48,1%	37.571.175,00	2.566,86
Admissão por Reemprego	15.131	49,7%	50.224.202,00	3.319,29
Admissão por Reintegração	117	0,4%	480.898,00	4.110,24
Contrato Trabalho Prazo Determinado	532	1,7%	378.127,00	710,77
Total	30.417	100,00%	88.654.402	2.914,63

Fonte: M.T.E/CAGED

Elaboração: Subseção DIEESE - Rede Bancários

TABELA 10 - ADMITIDOS, DESLIGADOS E DIFERENÇA DA REMUNERAÇÃO MÉDIA, POR SETOR ATIVIDADE ECONÔMICA (*) – 2013

Setor de atividade econômica	Admitidos		Desligados		Saldo	Diferença da Rem. Média (%)
	Nº de trab.	Rem. Média (em R\$)	Nº de trab.	Rem. Média (em R\$)		
Bancos comerciais	534	3.798,43	508	4.601,34	26	-17,4%
Bancos múltiplos, com carteira comercial	22.939	3.079,73	29.916	4.537,74	-6.977	-32,1%
Caixas econômicas	6.167	2.077,17	2.185	4.505,23	3.982	-53,9%
Bancos múltiplos, sem carteira comercial	673	3.545,12	423	6.652,02	250	-46,7%
Bancos de investimento	104	7.542,02	145	11.700,67	-41	-35,5%
Total	30.417	2.914,63	33.177	4.594,83	-2.760	-36,6%

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

(*) Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE)

A análise por Setor de Atividade Econômica (CNAE) revela que os cortes de emprego estão concentrados nos Bancos Múltiplos com Carteira Comercial, categoria que engloba grandes instituições como Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC.

Segundo site da Febraban, com atualização até 01/09/2013, o número de agências e postos no Brasil são de 22.637 agências, e 49.970 postos de

atendimentos. Sendo que a maior parte concentra-se na Região Sudeste, seguida da Região Sul e Nordeste.

TABELA 11 - AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTOS

REGIÃO	AGÊNCIAS	POSTOS	% AGENCIAS	% POSTOS
Centro Oeste	1757	4488	8%	9%
Nordeste	3571	9455	16%	19%
Norte	1090	3469	5%	7%
Sudeste	11881	23514	52%	47%
Sul	4338	9044	19%	18%
Quantidade Total Brasil	22637	49970	100%	100%

Fonte: FEBRABAN (<http://www.buscabanco.org.br/AgenciasRegioes.asp>).

5.3 OS EFEITOS SOBRE OS TRABALHADORES DO PR E RMC

O processo de reestruturação no setor bancário também trouxe impactos significativos para o setor no Estado do Paraná, com a privatização do banco estadual (BANESTADO), fusões e aquisições, abertura e fechamento de agências bancárias, alteração no perfil do trabalhador e mudanças nas negociações salariais.

Ao longo do processo de modernização do setor financeiro, as mudanças observadas no setor bancário paranaense também apresentaram impactos nos números vagas no setor.

Conforme observado na tabela 12 (vide anexo), no ano de 1995 havia um quadro de 60.821 trabalhadores no setor bancário no estado do Paraná. Com o processo de desestatização, e os programas do governo voltados para o setor, houve uma significativa queda no quadro de vagas entre 1995 e 1999, que chegou ao quadro de 24.151 trabalhadores em 1999, uma redução de 60% no quadro de trabalhadores. Este período foi marcado pela venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado) para o Banco Itaú, onde aconteceram programas de demissão e aposentadoria voluntária.

Após uma oscilação negativa de 1999 a 2003, o crescimento do número de vagas apresentou um crescimento contínuo de 2003 a 2010 e tem se mantido estabilizado, fechando um total de 29.074 vagas em 2012. O crescimento do número

de agências tem contribuído para o aumento da oferta de empregos no setor, bem como a pressão da sociedade por uma maior quantidade de funcionários para atendimento nas agências. Segundo informação da FEBRABAN¹⁰, o Paraná conta com 1.591 agências e 3.191 postos de atendimentos.

O impacto da reestruturação produtiva na década de 1990 no estoque de empregos da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) trouxe expressivo efeito na redução do quadro geral de empregos do setor no estado do Paraná, que foi de 60%. A tabela 13 (vide anexo) apresenta uma redução de 75% no número de empregados em 1999, chegando ao patamar de 12.247 vagas, enquanto que em 1995, o número de vagas era de 40.677. Como observado nos índices da RMC, os crescimento das vagas se manteve progressivo ao longo de oito anos, com uma ligeira estabilização de 2007 a 2010, e uma queda significativa em 2012.

Para Larangeira (1997), o comportamento da reestruturação ocorreu não somente no sentido de reduzir custos, mas também por uma política de renovação no quadro de funcionários, que visava adequá-lo ao ritmo de automação e às normas de formas de gestão de trabalho que foram sendo introduzidas no setor. O funcionário precisa ter maior capacidade de absorver a intensificação do ritmo de trabalho, adaptar-se ao uso adequado de equipamentos eletrônicos e ao maior controle de suas tarefas, que ocorre com a implantação de grupos de trabalho, o que possibilita um maior controle individual e coletivo do funcionário.

Conforme tabela 14, na RMC está concentrada cerca de 60% da mão de obra do setor bancário do Paraná, e a remuneração média da região fica em torno de 95% da média salarial da categoria em comparação com as demais regiões metropolitanas do país.

No ano de 2012, conforme observado nas tabelas 15 e 16, do total de 29.074 trabalhadores no setor bancário do Paraná, 52% são do sexo masculino, e 48% feminino. Na RMC, o setor apresentou o quadro de 49,5% masculino e 50,5% feminino. Em 1995 esse quadro era bem diferente, pois apresentava uma diferença média de 10% superior no número de funcionários masculinos em relação ao feminino.

¹⁰ <http://www.buscabanco.org.br/AgenciasRegioes.asp>. Acesso em 24/05/2014.

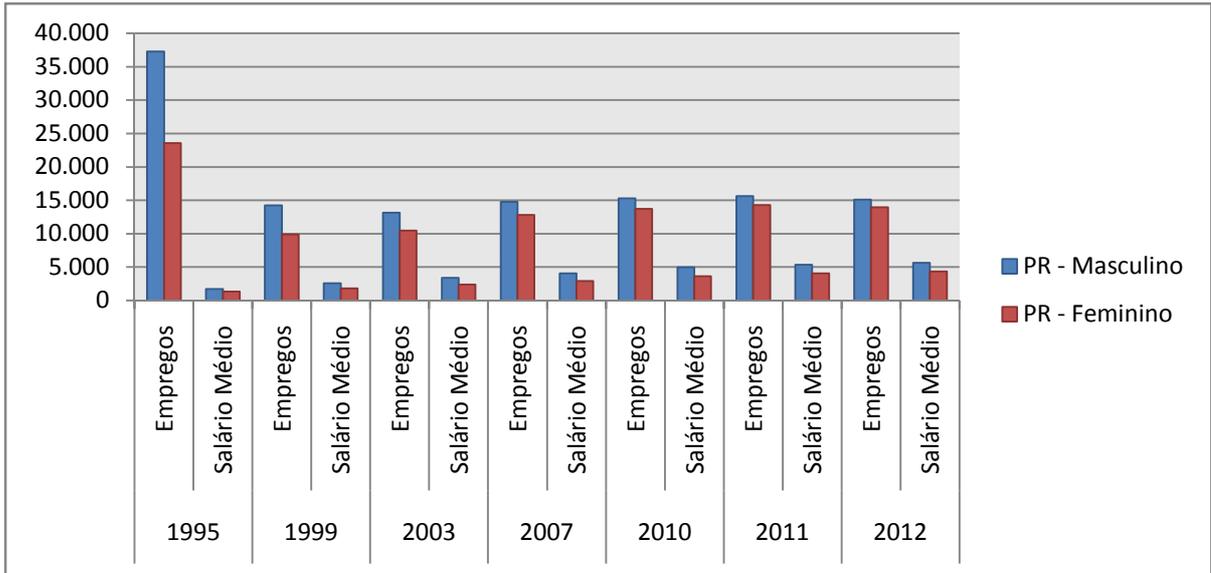


Gráfico 1 – Perfil (Sexo, Renda) dos Trabalhadores no Estado do Paraná de 1995 a 2013.
Elaboração própria a partir de dados do BACEN

A diferença no quadro de trabalhadores por diferença de sexo foi diminuindo ao longo dos anos, no entanto, a mudança na remuneração salarial não foi observada, em 1995, o salário médio feminino era cerca de 22% inferior ao masculino, em 2012 o trabalhador feminino da RMC recebe cerca de 25% a menos que o masculino, para o estado do Paraná, o índice fica em cerca de 23% abaixo.

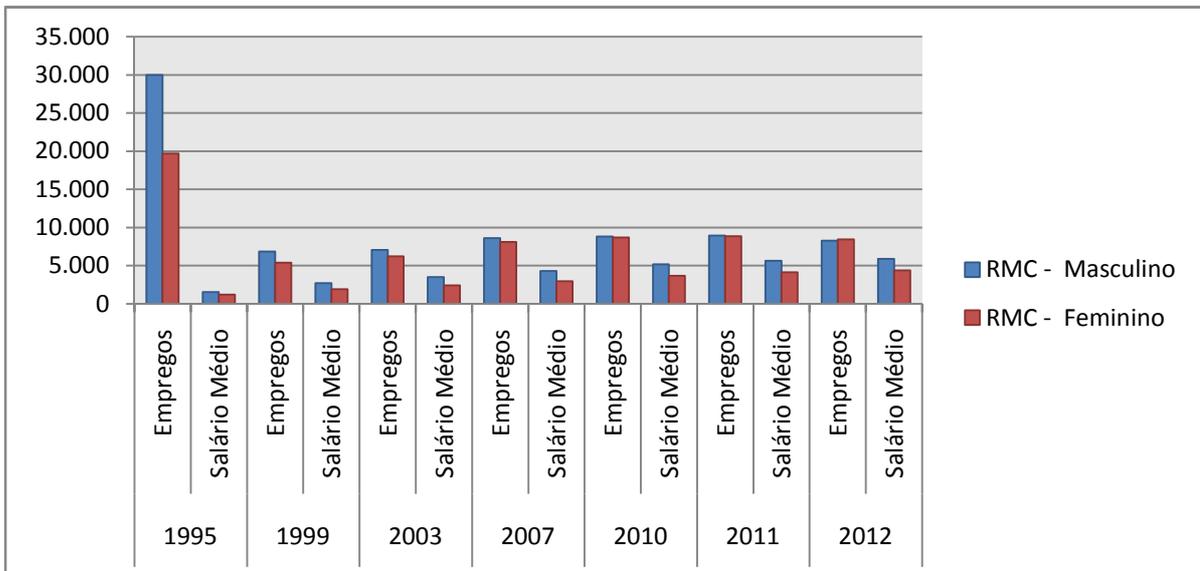


Gráfico 2 – Perfil (Sexo, Renda) dos Trabalhadores na RMC de 1995 a 2013.
Elaboração própria a partir de dados do BACEN

Os bancos demonstram também preocupação em investir na área de formação e treinamento, oferecendo cursos a seus funcionários, onde predominam os cursos rápidos, com ênfase em comunicação, liderança, e tomada de decisões, e também aqueles ligados à aspectos técnicos, tais como na área de informática, para utilização de software e aplicativos, tendo em vista aumentar a capacidade do funcionário na utilização de máquinas, e também realização de cursos na área financeira, de matemática, de crédito e negociação, produtos e serviços bancários. (LARANJEIRA, 1997)

A mudança no perfil do funcionário bancário evidencia-se também pela elevação do nível de escolaridade da categoria. No período de 1995-2012, conforme tabela 15, observa-se nos trabalhadores bancários do Paraná uma elevação do percentual de bancários com nível superior completo, que passa de 23% (superior completo) em 1995, para 79% em 2012. O mesmo efeito pode ser observado na tabela 16, na RMC em 1995 o quadro de trabalhadores com ensino superior completo era cerca de 25%, já em 2012, o percentual saltou para 81%.

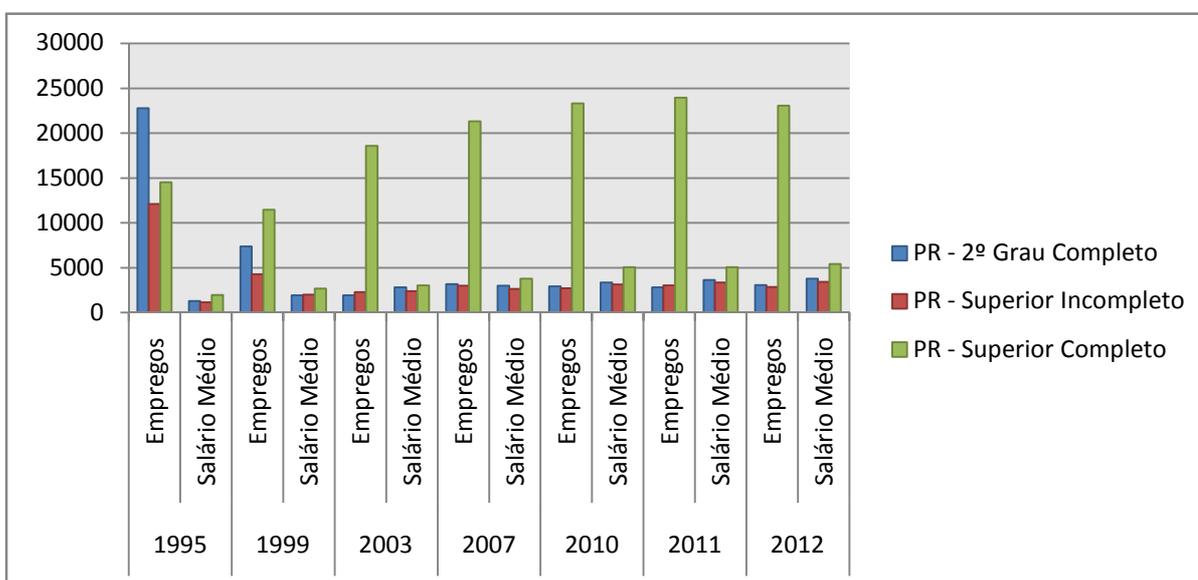


Gráfico 3 – Perfil (Escolaridade) dos Trabalhadores no Estado do Paraná de 1995 a 2013. Elaboração própria a partir de dados do BACEN

Conseqüentemente, observa-se que a elevação do nível de escolaridade capacita os trabalhadores para ocupação de cargos mais elevados e com maior remuneração salarial, perfil intensificado ao longo dos anos, principalmente após 2007, conforme destacado no gráfico 3.

6 LUCRATIVIDADE E CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

6.1 EVOLUÇÃO DA LUCRATIVIDADE

Conforme abordado nos capítulos anteriores, o longo processo de reestruturação o setor bancário passou por distintas fases de ajustes e mudanças, que se referem tanto ao intenso processo de privatização, fusões e aquisições e/ou incorporação, quanto à adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, que culminaram em um cenário concentrado de capital financeiro e de intensa lucratividade.

Segundo Paula (1999, p.28):

“A lucratividade do banco é determinada fundamentalmente pelos ganhos líquidos de seus ativos. Com isso, os bancos buscam aumentar seus *spreads*, ou seja, aumentar a diferença entre a taxa de aplicação e a taxa de captação de recursos aplicando em taxas mais elevadas do que às pagas no seu passivo”.

O gráfico 04 apresenta uma evolução da lucratividade dos Bancos no período de 1995 a 2013. Segue-se então uma análise dos dados apresentados, sendo que sua base foi obtida no site do BACEN.

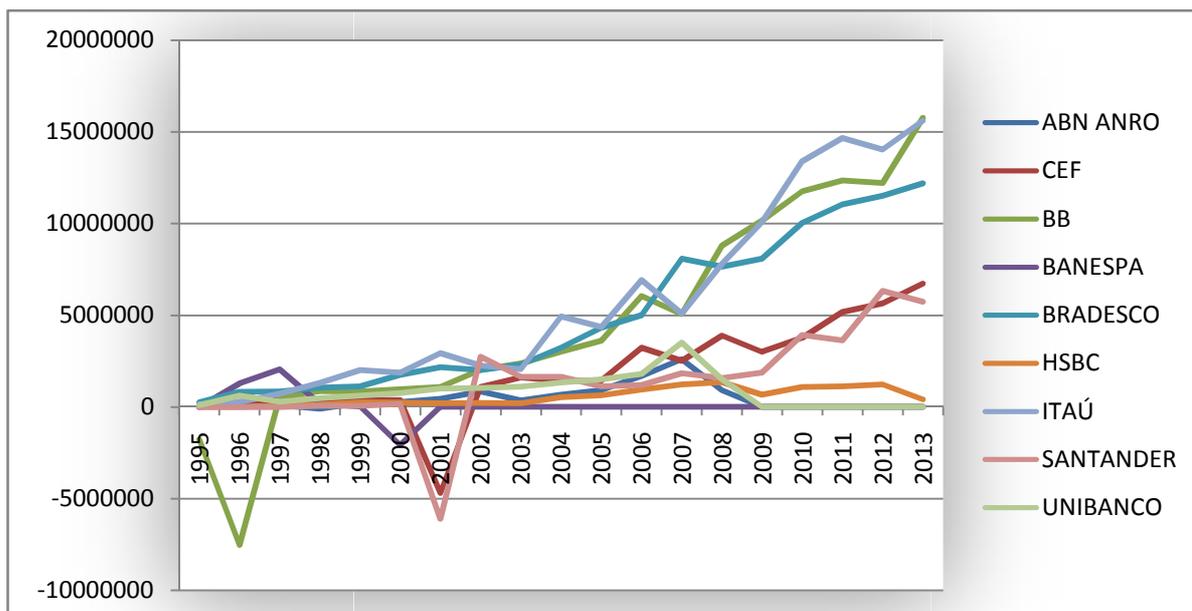


Gráfico 4 – Lucratividade dos bancos no período de 1995 a 2013.
Elaboração própria a partir de dados do BACEN

Em primeira análise, observa-se que ao longo de 1995, o Banco do Brasil (BB) apresentava um significativo saldo negativo em seu lucro, no ano de 1996 esta situação se aprofunda, com uma importante queda de cerca 7,5 bilhões. Com base no contexto econômico e político da época em questão, conclui-se que a queda nos lucros do respectivo banco pode ter sido provocado devido a intensificação da abertura econômica, e principalmente com o fim do processo inflacionário, o que fez com que os bancos buscassem fontes alternativas de obtenção de receitas. A partir dos anos subsequentes, a lucratividade do BB somente cresceu, obtendo em 2013 o maior lucro dentre os bancos, com um novo recorde de R\$ 15,75 bilhões, em 2012 o lucro foi de R\$ 12,2 bilhões.

Referindo-se ao banco público nacional CEF, o cenário observado foi um crescimento progressivo ao longo dos anos, excluindo-se somente os períodos de 2000-2001 (com uma expressiva variação de 372 milhões em 2000 para um déficit de 4,68 bilhões em 2001) e 2008-2009, onde ocorreu uma variação negativa de 23%, tendo como motivo os efeitos da crise financeira internacional. Nos anos subsequentes ocorreram progressivos aumentos, sendo que no ano de 2013 a CEF fechou o período com um lucro de R\$ 6,72 bilhões.

Quanto ao banco privado Itaú, este obteve em 2013 o segundo maior lucro do período, R\$ 15,6 bilhões, no ano de 2011 foi o banco com maior lucratividade da

história, R\$ 14,6 bilhões, sendo superado somente em 2013 pelo BB. Durante o período de fusão do Itaú com o Unibanco, 2008-2009, houve uma variação positiva no lucro do banco Itaú, cerca de 22%, este resultado pode ser configurado devido ao fato do Unibanco normalmente apresentar variações positivas em seu lucro, mesmo tendo despencado seu lucro de 2007 para 2008 em pontos percentuais, assim mesmo fechou o ano com R\$1,49 bilhões de lucro.

Em 2001 o banco Banespa sofreu fusão com o banco estrangeiro privado Santander. A partir de 1997 o lucro do Banespa começa a despencar consideravelmente, chegando ao déficit de R\$ 2, 8 bilhões em 2000. Diferentemente do caso da fusão do Itaú/Unibanco, onde o Unibanco apresentava lucros positivos e que refletiram em saldo positivo para o Itaú, o mesmo não ocorreu para o Santander, que viu seu lucro de R\$ 161 milhões se reduzirem a menos R\$6,9 bilhões em 2001. No entanto, no ano seguinte o Santander já obteve lucros positivo e se manteve constante ao longo dos anos, com uma ligeira queda em 2008, também impactado com os efeitos da crise financeira internacional, mas se recuperando em 2009 com a incorporação do banco ABN ANRO, visto que o mesmo apresentava lucros positivos, mesmo em 2008 tendo reduzido seu lucro por volta de 65 %.

Ainda, em relação aos estrangeiros privados, o banco HSBC tem apresentado ligeiras oscilações, em 2006-2007 houve um crescimento de cerca 30% de ganhos, porém, assim como observado com a CEF e Santander e ABN ANRO, em 2008 também houve um forte impacto no seu lucro devido a crise financeira internacional.

A partir dessa dinâmica, e com base nos assuntos abordados, em que o efeito das fusões e incorporações, o avanço da tecnologia como fator preponderante para a redução de custos, bem como o crescimento das receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias, vê-se que o setor bancário tem uma enorme importância para economia brasileira, principalmente em períodos de crise financeira. Para isso, fez-se necessário uma abordagem sobre os impactos sobre a ocupação da mão de obra no setor, visto que as fusões e aquisições e/ou incorporações que proliferaram nesta década, em conjunto com as inovações tecnológicas no setor, provocaram enxugamento dos empregos, como forma de reduzir os gastos totais, e, em particular as despesas de pessoal. Sendo assim, todos esses fatores favoreceram para o aumento dos lucros bancários. Em 2013, a lucratividade dos seis principais bancos do país - os privados nacionais Itaú e Bradesco, os públicos Banco do Brasil

e Caixa Econômica Federal, e os privados estrangeiros Santander e HSBC – chegou ao valor aproximando de US\$ 56,6 bilhões. Este valor é maior que o PIB de diversos países.

6.2 CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

A crise financeira deflagrada nos EUA em 2008, e logo espalhada por toda Europa, teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de “produtos financeiros” devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro. A crise também revelou a forma de atuação do setor financeiro e a usurpação do instrumento do endividamento público. Fatores como a desregulamentação financeira, aliada ao uso da tecnologia sofisticada fizeram com que a crise tomasse proporções gigantescas¹¹. (FATTORELLI, 2013, p. 15-27)

Conforme evidenciado por Fattorelli (2013, p. 15-27) a crise financeira não se restringiu apenas à anunciada dificuldade existente no mercado imobiliário norte-americano, mas este foi apenas um dos elos de uma larga corrente que se rompeu, fazendo com que as maiores instituições financeiras do mundo declarassem em iminente risco de quebra. Estas mesmas instituições extrapolaram a criação de séries e séries de produtos financeiros sem respaldo – principalmente os denominados derivativos¹² – que têm sido chamados de ativos “tóxicos”.

Ainda, segundo Fattorelli (2013, p. 15-27), inicialmente os derivativos foram apresentados como um mecanismo de proteção contra variações cambiais e/ou de preços de negociações futuras – commodities. Porém, a questão foi a ausência de controle e limite para a produção de derivativos, e aliada à desregulamentação financeira e uso de tecnologia, provocou a expansão da utilização de derivativos para referenciar quaisquer ativos, permitindo especulação sobre especulação. Essa

¹¹ Em ambiente marcado por exacerbado poder da tecnocracia e da grande mídia controlada pelo poder econômico, tremenda especulação e corrupção, além do sigilo bancário, a crise logo se expandiu para o setor estatal e atingiu outros setores: social, ambiental, alimentar, com repercussões sérias que vão muito além do campo financeiro. (FATTORELLI, p. 16)

¹² Os derivativos correspondem a operações derivadas de outras transações financeiras. No processo da especulação imobiliária, os derivativos foram negociados em valor muitas vezes superior ao valor do ativo ou da operação original. (FATTORELLI, p. 17)

“alavancagem” dos derivativos, possibilitou a geração de grandes lucros que foram contabilizados pelo setor financeiro. Estes ganhos possibilitaram o inchaço de seus balanços e, automaticamente, a possibilidade de concessão de créditos correspondentes a recursos que esses bancos sequer possuíam. O problema ficou escondido por vários anos, devido à facilidade de realizar operações por meio de rede virtual mundial acobertada por regras de sigilo bancárias e subsidiárias em paraísos fiscais, onde desaparecem lucros e registros. Estes fatores deram margem a grande especulação e à criação da bolha especulativa que foi uma das principais causas da crise.

Segundo Fattorelli (2013, p. 15-27), diversas medidas foram tomadas nos Estados Unidos da América e países da Europa, para “salvar” as instituições financeiras¹³ e empresas, ainda que com inúmeras denúncias de fraudes. Destaca-se:

- A estatização parcial de instituições financeiras;
- A realização de aportes diretos do Tesouro aos bancos, que chegaram a contar com aprovação do Parlamento de alguns países;
- A emissão de grandes quantidades de dólares e euros que foram repassados diretamente aos bancos;
- A criação de “bad Banks”, isto é, bancos paralelos destinados a absorver os excessos de “ativos tóxicos”.

As medidas adotadas contra a quebra dos bancos provocaram o aumento acelerado da dívida “pública” em diversas nações. Consequente, o ônus desse salvamento se direcionou para toda a sociedade por meio de planos de ajustes fiscal que reduzem gastos sociais, destinando estes recursos para o pagamento do serviço da dívida.

Com perdas econômicas que se refletiram na queda do PIB, e perda de patrimônio estatal, a crise financeira também provocou graves danos sociais nos EUA e principais nações da Europa, dentre elas: a perda de empregos em todas as camadas sociais, principalmente entre jovens e mulheres; cortes de salários e aposentadorias; redução e corte de serviços públicos essenciais à saúde, educação,

¹³ Nos Estados Unidos, por exemplo, revelou-se em auditoria feita pelo Departamento de Contabilidade Governamental a transferência de 16 trilhões de dólares, secretamente pelo FED a bancos e empresas, sob a forma de empréstimos com taxas de juros próximas de zero, no período de 12/2007 a 06/2010.

assistência; empobrecimento e desrespeito a direitos humanos. (FATTORELLI, 2013, p.15-27)

6.2.1 EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA NOS BANCOS BRASILEIROS

Especificamente, no setor bancário brasileiro, os efeitos da crise financeira emergida em 2007-2008, se fizeram sentir inicialmente pelas dificuldades de obtenção de fundos no mercado financeiro internacional, junto com a deterioração das expectativas causada pela percepção da gravidade da crise internacional, mais as dificuldades financeiras de grandes exportadoras brasileiras em função das perdas das operações com derivativos. Estes fatores foram suficientes para desencadear um início de crise de liquidez no setor bancário brasileiro, resultando em uma situação de “empoçamento da liquidez”. (PAULA e FERRARI FILHO, 2012, p. 138-140)

Com o objetivo de remediar a crise de liquidez¹⁴ e evitar uma crise de insolvência que eventualmente possa resultar em uma crise sistêmica, o governo brasileiro adotou uma série de medidas, sendo que algumas delas foram medidas preventivas: ampliação de R\$ 100 milhões para R\$ 300 milhões da parcela deduzida do compulsório adicional sobre depósitos à vista (esse valor foi sucessivamente elevado até alcançar R\$ 1 bilhão); ampliação de R\$ 700 milhões para R\$ 2 bilhões do limite de isenção para o compulsório sobre depósitos a prazo aplicado na alíquota regular (15%); liberação de até 40% do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo para bancos que comprarem carteiras de crédito de bancos pequenos e médios (posteriormente aumentado para 70% e com permissão de compra estendida para quotas de fundos de investimento); criação de uma nova modalidade de redesconto de liquidez, tomando como garantias operações de crédito classificados como AA, A e B, ou em moeda estrangeira (garantidos por títulos de dívida externa ou operações de crédito, como ACC), ambos com prazo

¹⁴ Crise de liquidez refere-se a uma situação em que o banco é solvente, mas não tem momentaneamente liquidez para cobrir prontamente uma maior demanda de recursos por parte de seus clientes. Crise de insolvência, como a que ocorreu no setor bancário norte-americano, acontece quando há bancos cujos ativos disponíveis a preços de mercados são incapazes de cobrir as obrigações com terceiros (depositantes, por exemplo), o que pode levar à descapitalização do banco. (PAULA e FERRARI FILHO, 2012, p. 139).

máximo de 360 dias; e compra de ativos dos bancos brasileiros pelo Banco Central do Brasil por tempo determinado e com compromisso de recompra por parte de instituições vendedoras de modo a não provocar redução nas reservas cambiais. No tocante à política macroeconômica, o Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou uma série de cortes na taxa de juros de curto de prazo (*over Selic*), o que significou um corte de 5 pontos percentuais em nove meses (de 13,75% em 10/2008 para 8,75% em 07/2009). PAULA e FERRARI FILHO (2012, p. 138-141)

Além disso, algumas iniciativas foram feitas quanto aos bancos públicos: linha de crédito pré-embarque para exportações do BNDES no valor de R\$ 5 bilhões; e permissão para bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) comprarem bancos privados, além de Caixa Econômica Federal (CEF) poder constituir um banco de investimento para adquirir participação acionária em empresas de construção civil. PAULA e FERRARI FILHO (2012, p. 141)

Segundo Paula e Ferrari Filho (2012, p. 170) em momentos de crise a busca por segurança tende a aumentar a concentração de depósitos nos bancos comerciais públicos. Esse movimento facilita a intervenção estatal estabilizadora por três motivos:

- a) O “porto seguro” dos bancos estatais contribui para manter a confiança do público no sistema bancário;
- b) O aumento de depósitos facilita o refinanciamento do sistema interbancário por esses bancos e reduz a exigência de intervenção do BACEN;
- c) A capilaridade de suas redes facilita a oferta de crédito.

Para Paula e Ferrari Filho (2012, p. 163-167) os bancos públicos sempre tiveram uma importante presença no sistema financeiro brasileiro, e desta forma contribuíram sistematicamente para o enfrentamento da crise financeira recente. Destacam ainda os autores, que em dezembro de 2009 os bancos públicos detinham 39,9% dos ativos do sistema financeiro e eram responsáveis por 43,5% de seu volume de crédito. Diante da presente crise, os bancos públicos, justificar-se-iam como forma de preencher falhas deixadas pelo setor privado no que concerne ao atendimento às demandas por créditos de determinados segmentos econômicos,

áreas geográficas e mesmo com relação ao provimento de certas modalidades de serviços financeiros.

A atuação dos bancos públicos no enfrentamento da crise refletiu no crescimento da participação dessas instituições no total de crédito do sistema. Paula e Ferrari Filho (2012, p. 165) destaca que a participação do Banco do Brasil (BB) ocorreu em frentes distintas, de um lado elevou o crédito concedido a consumidores e empresas, particularmente nos segmentos de comércio exterior e crédito rural. De outro lado, intensificou a compra de carteiras de crédito de pequenas instituições bancárias, em consonância com a política promovida pelo Bacen. Também adquiriu ou finalizou o processo de aquisição de três bancos estaduais (Nossa Caixa Nosso Banco, Banco Estadual de Santa Catarina e Banco do Piauí), comprou uma grande participação do Banco Votorantin e promoveu cortes nas taxas de juros (*spreads*) de uma série de modalidades de empréstimos.

A Caixa Econômica Federal (CEF) também se manteve atuante no enfrentamento da crise, fundamentalmente em termos da expansão das operações de crédito, especialmente, mas não exclusivamente habitacional e também nos cortes das taxas de juros (*spreads*) cobrados por essas operações. Sua participação no mercado de crédito saltou de 6,6% em 09/2008 para 9,5% em 12/2009, com aumento de 79,8% de sua carteira de crédito. No mesmo período, o Banco do Brasil (BB) saltou de 17,8% para 21,2% sua participação no total de crédito no sistema, bem como, um crescimento de 50% na carteira de crédito da instituição. (PAULA e FERRARI FILHO, 2012, p.165-166).

Paula e Ferrari Filho (2012, p. 166-167) salienta que os bancos públicos podem e devem ser utilizados na perspectiva de reduzir as desigualdades que são geradas e reforçadas pelos agentes de mercado, sejam elas setoriais ou regionais, e que, articulados com as políticas econômicas contribuem para a redução do comportamento inerentemente cíclico dos mercados, atuando no sentido de suavizar tanto movimentos de contração quanto de expansão, ao imprimirem uma lógica alternativa à dos agentes de mercado.

Fattorelli (2013, p. 27-41) descreve que para combater os efeitos da crise na fuga de capitais, o Tesouro Nacional passou a oferecer títulos da dívida pública com taxas cada vez mais elevadas, a fim de garantir que os *dealers* – reduzido grupo de grandes bancos nacionais e estrangeiros que tem a preferência na compra dos

títulos leiloados, em primeira mão – não deixassem de comprar os títulos ofertados. Houve então, uma disparada dos juros da dívida pública, em outubro de 2008, a Selic era de 13,5% a.a, mas os títulos lançados pelo Tesouro Nacional chegaram a ser negociados a 18,43% a.a, elevando ainda mais a taxa, que já era considerada a mais alta do mundo.

Outros impactos também foram detectados na economia brasileira, como a redução no volume de importações de produtos brasileiros, devido à depressão na atividade econômica dos países ricos, e a queda do produto interno bruto, destacando-se o 4º trimestre de 2008, com uma forte queda da ordem de -3.6%. No mercado trabalho constatou-se um aumento da taxa de desemprego, sendo que o ambiente de crise serviu de justificativa para o adiamento de contratações de servidores públicos, adiamentos de concursos, e descumprimento dos acordos de reajustes salariais. Efeitos também foram sentidos nas áreas sociais, e que penalizaram toda a sociedade, visto que em 2009 o governo realizou um corte de 21 bilhões no Orçamento da União, contingenciando recursos para o cumprimento da meta de superávit primário. (FATTORELLI, 2013, p. 27-41)

Fattorelli (2013, p. 27-41) destaca que em 2008, o governo implantou uma série medidas que favoreceram aos rentistas detentores de títulos da dívida pública brasileira, bancos e grandes corporações. Tal medida possibilitou o desvio de recursos vinculados em montantes que superaram dezenas de bilhões de reais, só no ano de 2008, para pagar encargos da dívida pública federal. A utilização da Medida Provisória nº 445, de 26 de junho de 2008, perpetuada por outra Medida Provisória nº 450 de 09 de dezembro de 2008, permitiu que o governo desviasse recursos vinculados a diversos setores, inclusive os recursos das áreas sociais, para o pagamento da dívida pública.

7 CONCLUSÃO

A inovação tecnológica proporcionou mudanças e evolução em diversos aspectos, como a economia de custos, na qual a racionalização passou pela simplificação dos procedimentos até chegar ao estágio de novos serviços e novas facilidades oferecidas aos clientes. Neste aspecto o setor bancário teve grande evolução, especialmente onde a automação imprimiu uma maior agilidade nas transações bancárias, bem como na relação com os clientes, com fortes investimentos na qualidade dos produtos ofertados, rapidez no atendimento, facilidade de acessos a produtos e serviços.

Ao longo do período analisado, destacou-se um mercado bancário com características e objetivos diferentes do atual, observou-se que após o Plano Real, e os planos de ajustes específicos lançados pelo governo, uma intensa queda no estoque de empregos no setor bancário, bem como uma tendência de concentração do setor, com a redução do número total de bancos. Conclui-se que estes aspectos são oriundos dos intensos processos de fusões e aquisições ocorrentes no setor, que favoreceu o surgimento de enormes instituições bancárias no país. A análise dos dados revela que os cortes de emprego estão concentrados nos Bancos Múltiplos com Carteira Comercial, categoria que engloba as grandes instituições como Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC.

Considerando a utilização de dados fornecidos pelo MTE/RAIS e elaborados pelo DIEESE/ER-PR sobre os trabalhadores no setor bancário paranaense, pôde-se observar que a dinâmica foi a mesma constatada no âmbito nacional, onde reduziram-se cerca de 60% de empregos nos anos 1990, quadro favorecido pela privatização do Banestado, e também pela intensificação nos processos de terceirização de serviços, como os de tecnologia e vigilância. A formação acadêmica dos trabalhadores também foi bastante alterada, pois em 1995 os trabalhadores com ensino superior completo era de 23% enquanto que em 2012 o índice se alterou para 89%. O quadro feminino de trabalhadores também se elevou ao longo do período em questão, atualmente está em nível de igualdade. No entanto, a diferença de remuneração dos trabalhadores masculinos em relação ao feminino ainda continua com uma diferença significativa, cerca de 23% inferior. A RMC contribui

com grande parte desses índices, visto que 57,5% dos trabalhadores bancários do estado do Paraná estão concentrados na nesta região.

Durante todo o processo de reformulação do setor bancário, os objetivos foram alterados, onde ao longo dos anos, a diferenciação de serviços passou a representar uma das importantes estratégias de marketing utilizadas pelo setor bancário junto aos clientes. Os bancos continuam na busca por produtos e serviços mais ágeis, principalmente como redutor de custos e obviamente, aumento de lucros.

Diante disso, o processo de reestruturação no setor bancário favoreceu o aumento da lucratividade do setor, que obteve em 2012 a maior lucratividade na Bolsa¹⁵. Este foi o segundo ano consecutivo, em 2011 o lucro obtido foi de R\$ 50,13 bilhões, já em 2012 a lucratividade foi menor, R\$ 45,7 bilhões. No ano de 2013, a lucratividade dos seis principais bancos do país - os privados nacionais Itaú e Bradesco, os públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e os privados estrangeiros Santander e HSBC – chegou ao valor aproximando de US\$ 56,6 bilhões Observa-se que este valor é maior que o PIB de diversos países¹⁶.

A importância e relevância do setor bancário na economia brasileira puderam ser observadas ao longo da crise financeira internacional, principalmente a importância e a contribuição dos bancos públicos: CEF e Banco do Brasil, que atuaram de forma conjunta na expansão do crédito, e nos cortes das taxas de juros (spreads).

Assim como nos EUA e país da Europa, as principais ações de combate à crise foram direcionadas para o saneamento de grandes empresas e grandes bancos. Os maiores efeitos da crise foram sentidos nas áreas sociais, como aumento no desemprego, cortes de serviços essenciais à saúde, educação, assistência, etc. Este favor foi agravado principalmente devido às medidas adotadas contra a quebra dos bancos, que elevaram a dívida pública, o que fez com que os governos reduzissem recursos das áreas sociais, e destinassem para o pagamento do serviço da dívida.

¹⁵<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1359295&tit=Setor-bancario-e-o-mais-lucrativo-da-Bolsa-pelo-2-ano-consecutivo>. Acesso em 25/06/2013

¹⁶<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/lucro-somado-de-4-bancos-brasileiros-e-maior-que-o-pib-de-83-paises.html>. Acesso em 26/05/2014.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L.R. **Reestruturação produtiva e sistema bancário**. 2001. Tese de Doutorado em Economia - IE/UNICAMP, Campinas, 2001. Acesso em 18/02/2013. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000246432&opt=4>.

AVENBRUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. M. (Orgs). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

BELUZZO, L.G; ALMEIDA, J. G. **Depois da Queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2002.

CARLEAL, L; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1997.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

COSTA NETO, Y. C. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

CRUZ, C. L. R.; GOMES, M. L. B. **Automoção e competitividade no setor bancário: caso dos bancos públicos**. Universidade Federal da Paraíba. 1998. http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep1998_art063.pdf. Acesso em 04/12/2012.

CERQUEIRA, H. E. A. da G.; AMORIM, W. A. C. Evolução e característica do emprego bancário. In: CARLEAL, L; VALLE, R. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1997, p. 399-418.

FATORELLI, M. L.; **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**. Brasília: 2013.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. <http://www.febraban.org.br/bd/>. Acesso em 19/01/2013. <http://www.buscabanco.org.br/AgenciasRegioes.asp>. Acesso em 25/01/2013.

KREIN, D. J.; GONÇALVES, R.J. **Mudanças tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho e no sindicalismo do setor terciário**. 2004. DIEESE/CESIT/CNPq.

LARANGEIRA, M. G. S. **Reestruturação produtiva no setor bancário**: A realidade dos anos 90. Educação e Sociedade. Ano XVII. Nº 61. 1997. <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n61/4701.pdf>. Acesso em 01/11/2012.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Nova Cultural. L1, V1 e V2. 1996.

MISSIO, F. J.; VEIRA, R. M. e IAHN, J. F. **Reestruturação produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho**: algumas considerações sobre a região metropolitana de Porto Alegre. 2006. <http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m19t02.pdf>. Acesso em 15/09/2012.

PAULA, L. F. **Determinantes e impactos da recente entrada de Bancos Europeus no Brasil**. In: Economia, v.30, n.2. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

PAULA, I. F.; FERRARI FILHO, F. **A Crise financeira internacional**: origens, desdobramentos e perspectivas. PAULA e FERRARI FILHO (Orgs). São Paulo: Editora Unesp. 2012.

PAULA, L. F. R.; FARIA JUNIOR, J. A.; **Expansão do crédito e eficiência do setor bancário brasileiro**. Valor Econômico, São Paulo, p. 28, 2007.

PINHEIRO, A.; GIAMBIAGI, F. e GOSTKORZEWICZ, J. O Desempenho Macroeconômico no Brasil nos anos 90. In: GIANBIAGI, F. & MOREIRA, M. M. (Orgs). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SALVIANO JUNIOR, C. **Bancos Estaduais**: dos problemas crônicos ao PROES. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

SILVA, J. C. **Reestruturação no Setor Bancário**: trabalho e resistência no processo de privatização do Besc. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese de Doutorado em Sociologia Política.

SILVA, T. L. e MELO P. J. M. **Economia de Escala e Eficiência nos Bancos brasileiros após o Plano Real**. Estudos Econômicos, v.32, n.4, p. 577-619, out./dez. 2002.

SOUZA, N. A. **A Longa Agonia da Dependência**: Economia brasileira contemporânea (JK-FH). São Paulo: Editora Alfa-Omega. 2004.

SOUZA, N. A. **Economia Brasileira e Contemporânea:** de Getúlio a Lula. 2ªed.
São Paulo: Editora Atlas. 2008.

ANEXOS

TABELA 04 - FUSÓES/INCORPORAÇÕES/AQUISIÇÕES

COMPROU	COMPRADO	DATA	C/ ou S/ PROER	SITUAÇÃO
Itaú	Banco Francês e Brasileiro (BFB)	Julho de 1995	Sem	Normal
Nacional de Paris – BNP	Comercial de S.Paulo	Agosto de 1995	Sem	Liquidação
Itamarati	Crefisul	Setembro de 1995	Sem	Normal
Comercial de France	Montreal	Setembro de 1995	Sem	Normal
Unibanco	Nacional	Novembro de 1995	Com	Liquidação
Pontual	Continental	Janeiro de 1996	Sem	Normal
United	Antonio de Queiroz	Abril de 1996	Com	Normal
Mitsubishi	Tokyo	Abril de 1996	Sem	Normal
Dibens	Battistella	Abril de 1996	Sem	Normal
Excel	Econômico	Maio de 1996	Com	Liquidação
Bandeirantes	Banorte	Maio de 1996	Com	Liquidação
Rural	Mercantil	Maio de 1996	Com	Liquidação
Deutsch Sudamerikanische Bank	Banco Grande Rio	Junho de 1996	Sem	Liquidação
Pontual	Martinelli	Junho de 1996	Sem	Normal
BCN	Itamarati	Julho de 1996	Sem	Normal
Cindam	Fonte	Julho de 1996	Sem	Normal
Lavra	Segmento	Novembro de 1996	Sem	Normal
Caoa	Schahin Cury	Novembro de 1996	Sem	Normal
Galicia	BCN Barclays	Dezembro de 1996	Sem	Normal
Société Générale	Sogeral	Janeiro de 1997	Sem	Normal
Lloyds Bank	Multiplic	Fevereiro de 1997	Sem	Normal
Santander	Geral do Comércio	Março de 1997	Sem	Normal
Arabian Bank	ABC Roma	Março de 1997	Sem	Normal
HSBC	Bamerindus	Março de 1997	Com	Intervenção
Morgan Greenfeld	Irmãos Guimarães	Abril de 1997	Sem	Liquidação
Itaú	Banerj	Julho de 1997	Sem	Liquidação
Bco.Geral do Comércio (Santander)	Noroeste	Agosto de 1997	Sem	Normal
BCN	Credireal	Agosto de 1997	Sem	Normal
Interatlântico (Bco. Espírito Santo)	Boavista	Setembro de 1997	Sem	Normal
American Express Bank	SRL (associação)	Setembro de 1997	Sem	Normal
AIG Consumer Finance Group	Fenícia	Setembro de 1997	Sem	Normal
Bradesco	BCN	Outubro de 1997	Sem	Normal
Swiss Bank Corporation	Ômega	Novembro de 1997	Sem	Normal
Nations Bank Corporation	Liberal	Novembro de 1997	Sem	Normal
Pactual	Sistema	Dezembro de 1997	Sem	Normal
Bozano Simonsen	Meridional	Dezembro de 1997	Sem	Normal
Wachovia Corp. Finance	Português do Atlântico	Dezembro de 1997	Sem	Normal
Caixa Geral de Depósitos	Bandeirantes	Janeiro de 1998	Sem	Normal
Flemings	Graphus	Fevereiro de 1998	Sem	Normal
General Electric Capital Corporation	Mappin S/A	Fevereiro de 1998	Sem	Normal

Unibanco	Dibens	Março de 1998	Sem	Normal
Mellon Bank	Brascan	Março de 1998	Sem	Normal
Bilbao Vizcaya	Excel Econômico	Maio de 1998	Sem	Normal
Crédit Suisse First Boston	Garantia	Junho de 1998	Sem	Normal
Sudameris	América do Sul	Junho de 1998	Sem	Normal
ABN-Amro Bank	Real	Julho de 1998	Sem	Normal
Itaú	Bemge	Setembro de 1998	Sem	Normal
Bradesco (BCN)	Pontual	Novembro de 1998	Sem	Normal
ABN-Amro Bank	Bandepe	Novembro de 1998	Sem	Normal
Internacional do Funchal (Banif)	Primus	Maio de 1999	Sem	Normal
Bradesco	Baneb (Bco. Est. da Bahia)	Junho de 1999	Sem	Normal
BBA	Icatu (associação)	Agosto de 1999	Sem	Normal
Bank of New York	Credibanco	Outubro de 1999	Sem	Normal
Santander	Bozano Simonsen / Meridional	Janeiro de 2000	Sem	Normal
Unibanco	Credibanco	Fevereiro de 2000	Sem	Normal
Unibanco	Bandeirantes	Julho de 2000	Sem	Normal
Bradesco	Boavista	Julho de 2000	Sem	Normal
Itaú	Banestado	Outubro de 2000	Sem	Normal
Santander	Banespa	Novembro de 2000	Sem	Normal
Bank of América (*)	Liberal	Julho de 2001	Sem	Normal
Barclays e Galicia	Galicia (50%) (parte do Galicia)	Agosto de 2001	Sem	Normal
ABN-Amro Bank	Paraiban	Novembro de 2001	Sem	Normal
Itaú	BEG - Bco. Estado de Goiás	Dezembro de 2001	Sem	Normal
Bradesco	Mercantil de São Paulo – Finasa	Janeiro de 2002	Sem	Normal
Bradesco	Banco do Estado do Amazonas	Janeiro de 2002	Sem	Normal
Bradesco	Banco Cidade	Fevereiro de 2002	Sem	Normal
Unibanco	Investcred	Abril de 2002	Sem	Normal
Unibanco	Banco Fininvest	Abril de 2002	Sem	Normal
Itaú	Banco BBA	Novembro de 2002	Sem	Normal
Itaú	Fiat	Dezembro de 2002	Sem	Normal
Bradesco	Banco Bilbao Vizcaya	Janeiro de 2003	Sem	Normal
Trapézio S/A (Bco Rural)	Banco Sul América	Maio de 2003	Sem	Normal
Rural	Rural Mais (Antigo Banco Sulamérica)	Maio de 2003	Sem	Normal
ABN-Amro Real	Sudameris	agosto de 2003	Sem	Normal
HSBC	Lloyds TSB	outubro de 2003	Sem	Normal
Société Generale	Banco Pecúnia	Outubro de 2003	Sem	Normal
Bank of America	Fleet Boston	novembro de 2003	Sem	Normal
Bradesco	Banco Zogbi	novembro de 2003	Sem	Normal
Bradesco	Banco do Estado do Maranhão (BEM)	Fevereiro de 2004	Sem	Normal
Itaú	Banco AGF	Fevereiro de 2004	Sem	Normal
Unibanco	BNL/AS	Junho de 2004	Sem	Normal
Bradesco	BEC	Janeiro de 2006	Sem	Normal
Itaú	Bank Boston	Maio de 2006	Sem	Normal
Bradesco	Alvorada			
Itaú	Citicard			
Bradesco	Banco American Express	Junho de 2006	Sem	Normal
UBS	Pactual	Setembro de 2006	Sem	Normal
American Express S.A ¹	Banco Bankpar S. A	Outubro de 2006	Sem	Normal
Bradesco	Banco BMC	Agosto de 2007	Sem	Normal
Société Générale	Banco Cacique	Novembro de 2007	Sem	Normal
Santander	ABN Amro Real	Julho de 2008	Sem	Normal

BNP Paribas	Banco BGN	Julho de 2008	Sem	Normal
Banco do Brasil	Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)	Janeiro de 2009	Sem	Normal
Itaú	Unibanco	Fevereiro de 2009	Sem	Normal
Banco do Brasil	Banco Nossa Caixa	Março de 2009	Sem	Normal

FONTE: BANCO CENTRAL.

Atualizado: Julho de 2012

(*) O Bank of América foi comprado nos EUA pelo Nations Bank Corporation, que manteve o nome (Bank of América). Em julho de 2001 o Bank of America comprou os 30% restante do controle do banco Liberal.

1/ Mudou de nome

Tabela 12 - Empregos Formais e salário médio (dez) na Seção da CNAE, no Estado do PR por Seção e Classe de Atividade Econômica da CNAE - 1995, 1999, 2003, 2009, 2010, 2011 e 2012

Seção e Classe de Atividade Econômica da CNAE	1995		1999		2003		2007		2010		2011		2012	
	Empregos	Salário Médio												
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados														
Banco central	228	3.465,00	147	7.402,18	125	10.068,88	183	10.085,57	169	15.550,38	157	15.812,66	148	16.025,46
Bancos comerciais	2.988	1.258,00	5.063	2.780,59	93	7.335,24	218	10.353,46	44	6.815,98	55	6.458,09	65	6.627,85
Bancos múltiplos (com carteira comercial)	52.135	1.460,00	14.721	2.027,31	19.494	2.773,69	22.148	3.391,06	23.230	4.135,64	23.972	4.492,23	22.396	4.635,29
Caixas econômicas	5.611	2.765,00	4.286	2.454,98	3.961	3.644,34	5.132	3.880,37	5.607	5.067,45	5.713	5.670,59	6.285	6.276,17
Crédito cooperativo	425	959,00	677	896,33	1.716	1.450,69	2.714	1.809,44	4.564	2.350,76	4.881	2.504,86	5.692	2.648,52
Bancos múltiplos (sem carteira comercial)	29	2.406,00	43	2.507,40	53	4.480,39	84	5.768,82	143	6.464,32	157	6.921,41	318	7.268,85
Bancos de investimento	58	2.429,00	38	3.853,19	13	7.999,84	12	5.735,27	12	6.342,57	11	7.032,80	10	5.800,64
Bancos de desenvolvimento	198	2.587,00	162	3.050,86	162	4.322,59	159	5.799,92	153	8.205,12	149	9.043,64	162	9.041,31
Classes de Atividades selecionadas	60.821	1.571,84	24.151	2.264,85	23.614	2.944,40	27.594	3.545,32	29.036	4.332,02	29.908	4.734,62	29.074	5.023,66
Demais Classes de Atividades	851	2.009,19	986	2.617,83	2.003	2.054,38	3.056	2.512,65	4.886	2.990,64	5.187	3.095,49	6.002	3.150,92
Total	61.672	1.577,88	25.137	2.278,70	25.617	2.874,81	30.650	3.442,36	33.922	4.138,81	35.095	4.492,36	35.076	4.703,21

Fonte: MTE / RAIS

Elaboração: DIEESE/ER-PR

Tabela 13 - Empregos formais e salário médio (dez) na Seção da CNAE, na RMC, por Seção e Classe de Atividade Econômica da CNAE - 1995, 1999, 2003, 2007, 2010, 2011 e 2012

Seção e Classe de Atividade Econômica da CNAE	1995		1999		2003		2007		2010		2011		2012	
	Empregos	Salário Médio												
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados														
Banco central	228	3.465,00	147	7.402,88	125	10.068,88	183	10.085,57	169	15.550,38	157	15.812,66	148	16.025,46
Bancos comerciais	1.377	1.289,00	2.025	2.835,32	71	7.313,47	120	10.409,09	38	5.941,29	52	6.213,42	61	6.391,67
Bancos múltiplos (com carteira comercial)	44.785	1.321,00	7.906	2.205,80	11.258	2.813,62	13.926	3.511,51	14.541	4.289,15	14.714	4.707,19	13.209	4.822,82
Caixas econômicas	3.438	2.842,00	2.245	2.473,45	1.927	3.833,40	2.577	4.003,78	2.777	5.185,28	2.886	5.760,44	3.139	6.307,94
Crédito cooperativo	51	1.112,00	56	1.302,61	146	1.834,46	122	1.832,18	227	3.362,62	259	3.417,95	302	3.548,95
Bancos múltiplos (sem carteira comercial)	19	2.557,00	35	2.537,92	53	4.480,39	84	5.768,82	143	6.464,32	157	6.921,41	318	7.268,85
Bancos de investimento	58	2.429,00	36	4.052,74	11	9.392,18	11	6.214,83	10	7.458,19	9	8.430,08	9	6.333,59
Bancos de desenvolvimento	198	2.587,00	162	3.050,86	162	4.322,59	159	5.799,92	153	8.205,12	149	9.043,64	162	9.041,31
Classes de Atividades selecionadas	49.677	1.427,14	12.247	2.365,33	13.320	2.997,20	16.718	3.650,02	17.509	4.454,44	17.818	4.903,58	16.736	5.154,38
Demais Classes de Atividades	477	2.848,97	365	5.609,07	433	4.372,66	464	6.446,92	549	8.463,96	565	8.345,73	612	8.020,02
Total	50.154	1.440,67	12.612	2.459,21	13.753	3.040,51	17.182	3.725,55	18.058	4.576,34	18.383	5.009,37	17.348	5.255,47

Fonte: MTE / RAIS

Elaboração: DIEESE/ER-PR

Tabela 14 - Emprego Formal, Salário Médio, Tempo Médio de Serviço e Horas Semanais Trabalhadas dos Bancários, nas Grandes Regiões Metropolitanas – 2012

Grandes Regiões Metropolitanas	Empregos		Média Salarial (em dez.)		Horas semanais Trabalhadas		Valor médio da hora trabalhada (R\$)	
	Bancários	Geral	Bancários	Geral	Bancários	Geral	Bancários	Geral
São Paulo	154.892	7.608.839	6.005,27	2.522,85	37,00	41,00	36,07	13,67
Rio de Janeiro	36.672	3.396.660	4.932,53	2.502,51	35,00	40,00	31,32	13,90
Belo Horizonte	17.678	2.000.544	5.314,36	2.185,10	36,00	40,00	32,80	12,14
Curitiba	16.736	1.309.299	5.154,38	2.375,64	36,00	40,00	31,82	13,20
Porto Alegre	16.710	1.396.141	6.004,71	2.222,94	33,00	40,00	40,44	12,35
Salvador	9.478	1.126.112	5.057,96	2.057,76	35,00	40,00	32,11	11,43
Fortaleza	9.053	992.079	7.073,13	1.651,97	34,00	41,00	46,23	8,95
Recife	8.020	1.147.392	5.014,06	1.900,21	35,00	41,00	31,84	10,30
Belém	5.884	494.890	5.299,32	2.071,69	36,00	38,00	32,71	12,12
Outros	237.712	27.986.756	5.209,49	1.762,51	34,00	41,00	34,05	9,55
Total	512.835	47.458.712	5.485,00	1.996,90	35,00	41,00	34,83	10,82

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: DIEESE/ER-PR

Tabela 15 - Perfil (sexo, grau de instrução, faixa etária, faixa de tamanho do estabelecimento e faixa de rendimento) dos Bancários no Estado do Paraná - 1995, 1999, 2003, 2007, 2010, 2011 e 2012

	1995		1999		2003		2007		2010		2011		2012	
	Empregos	Salário Médio												
Sexo														
Masculino	37.259	1.718,00	14.244	2.563,58	13.161	3.386,27	14.782	4.080,98	15.307	4.952,69	15.642	5.365,57	15.119	5.648,69
Feminino	23.562	1.341,00	9.907	1.835,35	10.453	2.388,07	12.812	2.927,30	13.729	3.640,00	14.266	4.042,81	13.955	4.346,50
Total	60.821	1.572,00	24.151	2.264,85	23.614	2.944,40	27.594	3.545,32	29.036	4.332,02	29.908	4.734,62	29.074	5.023,66
Grau de instrução														
Analfabeto	119	1.754,00	71	2.116,87	1	2.166,32	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Série Incompleta	116	1.964,00	5	1.249,76	2	1.727,53	2	7.701,71	3	1.924,09	6	2.487,71	6	2.896,07
4ª Série Completa	717	1.113,00	2	682,28	0	-	0	-	0	-	6	3161,14	2	8.145,95
8ª Série Incompleta	162	1.156,00	196	982,36	26	1.013,39	10	1.663,68	5	3.323,48	0	0,00	6	2.417,69
8ª Série Completa	2665	2.285,00	304	1.572,70	83	2.168,29	42	3.238,08	27	4.326,76	22	4.128,65	22	4.271,97
2º Grau Incompleto	7637	2.188,00	500	1.528,12	742	3.423,27	101	2.850,78	81	2.943,88	85	2.731,58	71	2.835,62
2º Grau Completo	22770	1.283,00	7.361	1.937,16	1928	2.815,58	3.150	3.004,64	2.908	3.339,05	2.812	3.632,07	3.078	3.782,32
Superior Incompleto	12114	1.138,00	4.269	1.989,65	2271	2.373,66	2.974	2.628,39	2.715	3.125,24	3.035	3.340,54	2.830	3.426,47
Superior Completo	14521	1.954,00	11.443	2.652,50	18561	3.014,82	21.315	3.757,55	23.297	5.061,08	23.942	5.049,46	23.059	5.393,80
Ignorado	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	60821	1.572,00	24.151	2.264,85	23614	2.944,40	27.594	3.545,32	29.036	4.332,02	29.908	4.734,62	29.074	5.023,66
Faixa etária														
10 a 14 Anos	2	147,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 17 Anos	297	258,00	8	567,52	4	120	13	378,02	15	540,67	10	542,07	9	642,14
18 a 24 Anos	9.154	664,00	1.270	998,06	2.730	1.230,96	2.787	1.692,17	2.697	2.139,69	3.157	2.308,56	2.960	2.549,02
25 a 29 Anos	15.736	1.018,00	2.929	1.439,98	3.501	1.666,12	5.434	2.276,31	5.615	2.844,32	5.606	3.126,55	5.247	3.382,57
30 a 39 Anos	25.637	1.743,00	12.350	2.112,23	8.646	2.878,90	7.797	3.357,68	8.456	3.888,51	8.951	4.368,84	9.141	4.568,86
40 a 49 Anos	9.295	2.923,00	7.034	3.033,11	7.766	3.961,67	9.691	4.543,30	8.795	5.506,22	8.244	6.002,10	7.548	6.309,26
50 a 64 Anos	694	2.227,00	558	3.200,79	966	4.840,10	1.871	5.626,60	3.450	6.564,74	3.930	7.146,32	4.151	7.514,00
65 Anos ou Mais	6	1.505,00	2	805,25	1	2.287,28	1	2.886,09	8	9.741,61	10	11.023,54	18	10.104,30
Total	60.821	1.572,00	24.151	2.264,85	23.614	2.944,40	27.594	3.545,32	29.036	4.332,02	29.908	4.734,62	29.074	5.023,66

Faixa de tamanho do estabelecimento

Ate 4 empregados	380	1.291,00	509	1.981,10	917	2.940,04	671	3.412,82	505	4.675,57	562	4.874,78	671	4.909,79
De 5 a 9 empregados	4.356	1.327,00	3.002	2.136,10	2.615	2.651,33	2.777	3.225,14	2.443	3.774,05	2.503	4.129,00	3.221	4.564,55
De 10 a 19 empregados	10.937	1.427,00	4.978	2.209,65	4.909	2.790,50	5.617	3.185,52	6.006	3.847,75	6.587	4.168,18	6.689	4.622,99
De 20 a 49 empregados	15.581	1.401,00	6.625	2.178,68	6.011	3.009,26	6.336	3.602,00	7.369	4.347,19	7.436	4.671,88	6.981	5.047,33
De 50 a 99 empregados	5.986	1.523,00	3.316	2.251,57	2.227	3.144,63	2.054	4.002,15	2.726	4.636,86	2.286	5.123,78	2.229	5.475,29
De 100 a 249 empregados	5.145	1.498,00	1.590	1.925,17	911	2.411,87	1.270	3.279,68	1.300	4.511,23	1.789	5.449,00	2.645	6.125,30
De 250 a 499 empregados	1.889	2.315,00	336	3.392,58	1.544	3.822,72	1.612	3.980,34	1.519	5.574,69	1.052	5.728,14	942	4.992,68
De 500 a 999 empregados	615	2.884,00	723	2.546,69	4.480	2.904,05	544	3.982,22	834	3.265,01	1.336	4.865,66	781	4.080,04
1000 ou mais empregados	15.932	1.814,00	3.072	2.713,42	-	-	6.713	3.709,20	6.334	4.635,87	6.357	5.088,07	4.915	5.209,98
Total	60.821	1.572,00	24.151	2.264,85	23.614	2.944,40	27.594	3.545,32	29.036	4.332,02	29.908	4.734,62	29.074	5.023,66

Faixa de rendimento em dezembro

Até 0,5 SM	1	40,00	3	57,13	5,00	92,32	14	152,40	5	219,80	17	234,40	12	270,90
De 0,51 a 1,00 SM	2	83,00	4	80,48	13	190,29	33	310,12	45	397,05	100	439,19	87	494,87
De 1,01 a 1,50 SM	8	124,00	3	178,66	65	324,55	106	532,31	15	665,59	17	667,12	33	763,92
De 1,51 a 2,00 SM	140	188,00	12	237,11	24	411,25	30	649,22	19	900,86	16	971,07	24	1.067,89
De 2,01 a 3,00 SM	127	228,00	30	351,04	737	681,98	1.157	976,47	1.050	1.330,24	1.092	1.452,28	777	1.593,34
De 3,01 a 4,00 SM	146	339,00	153	503,89	1029	850,31	3.150	1.336,90	4.672	1.779,78	4.265	1.940,60	4.797	2.187,51
De 4,01 a 5,00 SM	2.739	460,00	588	608,81	1295	1098,03	3.133	1.704,12	3.739	2.297,25	4.228	2.458,08	4.308	2.783,25
De 5,01 a 7,00 SM	5.277	617,00	1869	845,32	3849	1418,75	5.193	2.270,70	5.624	3.061,17	5.973	3.294,34	6.020	3.728,15
De 7,01 a 10,00 SM	12.675	819,00	4324	1153,16	4318	2022,25	5.294	3.216,41	5.181	4.299,43	5.165	4.600,22	4.975	5.281,12
De 10,01 a 15,00 SM	13199	1.234,00	6417	1698,53	5084	2956,36	4.887	4.646,46	4.771	6.212,74	4.931	6.615,69	4.673	7.616,47
De 15,01 a 20,00 SM	6888	1.730,00	4035	2341,66	3143	4140,15	2.282	6.532,99	2.039	8.766,56	2.198	9.392,14	1.864	10.654,28
Mais de 20,00 SM	15291	3.425,00	6354	4124,61	3584	6824,85	1.904	10.833,23	1.400	14.592,64	1.554	15.810,68	1.134	15.935,32
Ignorado	4328	0,00	359	3139,05	468	0	411	0,00	476	0,00	352	0,00	370	0,00
Total	60.821	1.572,00	24151	2264,85	23614	2944,4	27.594	3.545,32	29.036	4.332,02	29.908	4.734,62	29.074	5.023,66

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: DIEESE/ER-PR

Tabela 16 -Perfil (sexo, grau de instrução, faixa etária, faixa de tamanho do estabelecimento e faixa de rendimento) dos Bancários na RMC - 1995, 1999, 2003, 2007, 2010 e 2012

	1995		1999		2003		2007		2010		2011		2012	
	Empregos	Salário Médio												
Sexo														
Masculino	30.000	1.559,00	6.844	2.723,68	7.073	3.519,25	8.607	4.299,07	8.815	5.201,69	8.940	5.665,04	8.290	5.911,47
Feminino	19.677	1.228,00	5.403	1.911,42	6.247	2.406,13	8.111	2.961,28	8.694	3.696,79	8.878	4.136,80	8.446	4.411,27
Total	49.677	1.427,00	12.247	2.365,33	13.320	2.997,21	16.718	3.650,02	17.509	4.454,44	17.818	4.903,58	16.736	5.154,38
Grau de instrução														
Analfabeto	66	1.782,00	29	2.171,31	1	2.166,32	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Série Incompleta	110	2.009,00	5	1.249,76	2	1.727,53	1	11.279,73	1	1.722,61	1	2.227,94	1	3.192,73
4ª Série Completa	716	1.112,00	2	682,28	0	-	0	-	0	-	4	3.651,12	1	10.167,87
8ª Série Incompleta	119	982,00	81	970,69	21	893,57	7	1.337,66	3	4.178,46	0	0,00	5	2.133,41
8ª Série Completa	1.369	2.015,00	151	1.523,63	58	1.915,58	18	3.196,14	11	4.239,52	9	3.580,02	9	4.198,67
2º Grau Incompleto	3.441	1.656,00	268	1.477,77	244	3.420,04	41	2.573,68	40	1.973,48	42	1.838,72	31	1.886,33
2º Grau Completo	20.364	1.250,00	3.198	1.853,61	1.015	2.727,31	1.699	2.891,14	1.552	3.279,66	1.538	3.553,56	1.621	3.752,29
Superior Incompleto	10.824	1.065,00	2.359	1.890,38	1.409	2.222,67	1.638	2.619,53	1.523	3.094,49	1.611	3.460,00	1.490	3.478,90
Superior Completo	12.668	1.913,00	6.154	2.893,35	10.570	3.127,04	13.314	3.878,21	14.379	5.061,08	14.613	5.214,96	13.578	5.514,61
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-
Total	49.677	1.427,00	12.247	2.365,33	13.320	2.997,21	16.718	3.650,02	17.509	4.454,44	17.818	4.903,58	16.736	5.154,38
Faixa etária														
10 a 14 Anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 17 Anos	104	333,00	8	567,52	4	120,00	12	371,19	15	540,67	10	542,07	9	642,14
18 a 24 Anos	8.167	646,00	830	1.066,50	1.761	1.179,51	1.812	1.685,76	1.650	2.140,84	1.805	2.360,07	1.580	2.558,20
25 a 29 Anos	13.561	971,00	1.846	1.525,43	2.148	1.713,62	3.434	2.286,95	3.367	2.859,32	3.308	3.170,63	2.929	3.366,26
30 a 39 Anos	20.588	1.609,00	5.932	2.252,76	4.921	3.025,84	4.888	3.479,34	5.294	4.037,50	5.531	4.505,03	5.423	4.644,91
40 a 49 Anos	6.660	2.719,00	3.320	3.244,29	3.969	4.166,91	5.368	4.813,31	5.108	5.681,80	4.831	6.211,82	4.406	6.446,92
50 a 64 Anos	593	2.011,00	310	3.637,34	516	5.297,34	1.203	6.035,67	2.070	6.937,02	2.326	7.566,28	2.377	7.828,98
65 Anos ou Mais	4	921,00	1	539,78	1	2.287,28	1	2.886,09	5	13.640,35	7	13.196,30	12	12.684,37
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-
Total	49.677	1.427,00	12.247	2.365,33	13.320	2.997,21	16.718	3.650,02	17.509	4.454,44	17.818	4.903,58	16.736	5.154,38

Faixa de tamanho do estabelecimento

Ate 4 empregados	231	1.043,00	40	2.992,18	111	3.034,98	94	3.531,17	90	5.316,92	106	5.068,47	102	5.519,23
De 5 a 9 empregados	3285	1.059,00	457	2.311,35	498	2.657,58	697	3.466,50	708	3.791,86	718	4.486,84	1.017	4.754,74
De 10 a 19 empregados	7937	1.174,00	1441	2.295,74	1.917	2.801,71	2.214	3.174,59	2.365	3.835,12	2.715	4.138,96	2.706	4.508,79
De 20 a 49 empregados	11.937	1.200,00	3.365	2.182,77	3.164	3.083,95	3.154	3.598,61	3.589	4.375,50	3.393	4.634,41	3.277	5.074,05
De 50 a 99 empregados	4310	1.207,00	1.792	2.267,75	1.044	3.045,79	980	4.495,23	886	4.714,47	1.010	5.917,04	1.067	5.774,42
De 100 a 249 empregados	3909	1.155,00	1021	1.722,31	562	1.853,57	710	2.826,18	1.184	4.496,95	1.131	5.131,48	1.929	6.417,19
De 250 a 499 empregados	1.521	2.074,00	336	3.392,58	1.544	3.822,72	1.612	3.980,34	1.519	5.574,69	1.052	5.728,14	942	4.992,68
De 500 a 999 empregados	615	2.884,00	723	2.546,69	-	-	544	3.982,22	834	3.265,01	1.336	4.865,66	781	4.080,04
1000 ou mais empregados	15.932	1.814,00	3.072	2.713,42	4.480	2.904,05	6.713	3.709,20	6.334	4.635,87	6.357	5.088,07	4.915	5.209,98
Total	49.677	1.427,00	12.247	2.365,33	13.320	2.997,21	16.718	3.650,02	17.509	4.454,44	17.818	4.903,58	16.736	5.154,38

Faixa de rendimento em dezembro

Até 0,5 SM	-	-	-	-	4	94,24	7	154,64	3	232,32	1	190,47	8	269,15
De 0,51 a 1,00 SM	1	66,00	2	81,7	11	184,00	26	319,37	35	401,41	54	422,06	40	490,33
De 1,01 a 1,50 SM	3	122,00	1	184,47	28	323,55	97	536,24	12	652,98	10	257,36	21	764,12
De 1,51 a 2,00 SM	23	188,00	7	239,7	16	406,28	20	658,99	9	923,37	5	1.307,72	14	1.078,38
De 2,01 a 3,00 SM	43	243,00	25	354,99	647	686,19	965	971,37	869	1.326,53	1.054	1.488,08	664	1.585,64
De 3,01 a 4,00 SM	126	338,00	82	497,37	731	831,94	1.820	1.343,84	2.687	1.793,02	2.892	2.078,49	2.581	2.194,36
De 4,01 a 5,00 SM	2.475	461,00	360	615,12	687	1.092,85	1.933	1.695,77	2.111	2.284,83	2.444	2.619,75	2.415	2.770,95
De 5,01 a 7,00 SM	4.666	618,00	902	842,39	2.034	1.413,04	2.866	2.270,89	3.289	3.052,09	3.331	3.490,34	3.345	3.734,66
De 7,01 a 10,00 SM	11.227	817,00	2120	1154,77	2.362	2.026,52	3.017	3.220,55	2.960	4.304,64	2.983	4.850,20	2.744	5.281,38
De 10,01 a 15,00 SM	11331	1.236,00	3081	1695,7	2.638	2.959,84	2.986	4.669,70	2.903	6.210,63	2.901	7.049,25	2.759	7.597,57
De 15,01 a 20,00 SM	5592	1.725,00	1961	2341,32	1.732	4.147,96	1.397	6.591,14	1.288	8.745,28	1.225	10.025,50	1.131	10.654,02
Mais de 20,00 SM	9924	3.427,00	3496	4207,7	2.140	7.219,08	1.313	11.354,98	1.020	14.798,70	860	16.897,88	781	16.397,58
Ignorado	4266	0,00	210	4577,26	290	0,00	271	0,00	323	0,00	58	0,00	233	0,00
Total	49.677	1.427,00	12247	2365,33	13.320	2.997,21	16.718	3.650,02	17.509	4.454,44	17.818	4.903,58	16.736	5.154,38

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: DIEESE/ER-PR

